

Revista enfRentamento

Ano 04, nº 08, Jan./Jul. de 2010

ISSN 1983-1684

Os políticos profissionais se divertem às custas da população... Sabem que ganharão votos, prestígio e dinheiro, mesmo perdendo... Sabem que podem rir enquanto os outros sofrem... Sabem que nada lhes acontecerá, enquanto uma parte considerável da população os apoiar junto com a classe dominante.



Índice

03	O Voto é Obrigatório, Mas Pode Ser Autogestionário	Revista Enfrentamento
04	Teses Sobre Democracia, Eleições, Voto e Voto Nulo	Lucas Maia
10	Democracia Representativa Burguesa, Voto Nulo e Transformação Social	Edmilson Marques
17	Eleições, Voto Nulo e Autoemancipação	Nildo Viana
27	Voto Nulo e Renascimento da Utopia	André de Melo Santos
29	O Voto e as Ilusões	Maurício Tragtenberg
33	Eleições	Amadeo Bordiga
35	A Democracia	Anton Pannekoek
41	DOCUMENTOS DO MOVAUT: O PT, O Congresso e o Neopopulismo	Movimento Conselhistas

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. A revista não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados, que são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os interessados em enviar colaborações devem fazê-lo via e-mail e seguindo as normas de publicação da revista. O e-mail para envio é:

revistaenfrentamento@yahoo.com.br

As normas são: texto digitados em Word for Windows, com no máximo 10 páginas, espaço 1,5, margens padrão do Word, fonte Time New Roman, 12. A revista se reserva o direito de publicar os artigos de acordo com seus critérios políticos e de qualidade. Qualquer caso omissos será resolvido por seu conselho editorial.

Conselho Editorial:

Lucas Maia

Nildo Viana

Veralúcia Pinheiro

Revista Enfrentamento, ano 04 nº 07 Jun./Dez. de 2009.

<http://enfrentamento.sementeira.net/enfrentamento@yahoo.com.br>



O voto é obrigatório, mas pode ser autogestionário!

Revista Enfrentamento

A Revista Enfrentamento lança este número dedicado exclusivamente ao processo eleitoral, mostrando a farsa da democracia representativa burguesa, o que pode ser feito e o que propomos. O voto, num regime autoritário e com baixa legitimação, é *obrigatório*, e quem não vota pode ser penalizado e punido. O caráter obrigatório do voto é a denúncia mais direta e cabal de uma sociedade repressiva e de um estado ilegítimo, que precisa constranger os indivíduos a um ato que, segundo as ideologias conservadoras e dominantes, seria um direito, uma necessidade, um benefício. A obrigatoriedade mostra que o voto é uma farsa, e junto com ele, a democracia representativa, o estado capitalista, a sociedade burguesa como um todo. Para não ser penalizado, então os indivíduos devem ir votar. Porém, deve mostrar que possui consciência da manipulação e da farsa que é o processo eleitoral. E a única forma de fazer isso é votando nulo. Por isso, o voto nulo é a única opção, no processo eleitoral, para protestar, deslegitimar, desmistificar a farsa eleitoral.

Porém, não basta votar nulo e não basta apresentar esta proposta. É preciso, para que surta efeito, politizar a discussão do voto nulo, mostrar o processo de legitimação que o processo eleitoral realiza, as ilusões que provoca, os interesses reais e falsos que apresenta, sua relação com a reprodução da sociedade capitalista, etc.

Além disso, não basta a recusa, o votar nulo, é preciso um projeto alternativo de sociedade e de prática que aponte para a realização desse projeto. Sem dúvida, no período eleitoral, o voto nulo faz parte desse processo, desde que seja politizado e articulado com outros elementos. A proposta da autogestão social não é um “sonho impossível” e sim um projeto concreto, histórico. Sua possibilidade histórica de realização existe nos milhões de indivíduos que morrem de fome, desempregados, trabalhadores explorados, pessoas que conseguiram perceber o amplo processo de destruição humana, ambiental, etc., existente. É um projeto que se realizou parcialmente e temporariamente em várias experiências históricas, desde a Comuna de Paris de 1871, passando pelas tentativas de revolução em todo o século 20, e pelas lutas

sociais na Argentina e México nos anos recentes.

O proletariado é a expressão e força viva de todo esse processo e junto com outras classes exploradas, grupos oprimidos, indivíduos descontentes, são a encarnação do projeto autogestionário. Não queremos mais casas, comida, indústria, alfabetização, sistema de saúde, sistema educacional, queremos uma vida radicalmente diferente, queremos abolir as instituições e relações sociais repressivas e coercitivas, a mercantilização da saúde, educação, alimentação, etc. Queremos abolir o que gera tudo isto para não ter que lutar contra os efeitos e sim contra as causas.

Queremos ter controle sobre nossa própria vida e isso nenhum partido ou candidato propõe ou pode realizar. E assim o projeto autogestionário, que ganha cada vez mais adeptos, reforça esta luta e essa possibilidade. Ninguém vai doar a autogestão para os outros, ela só pode ser conquistada na autogestão da própria luta. Somente a população assumindo suas lutas e criando suas formas de auto-organização, poderá garantir a concretização deste projeto. O Movaut é apenas mais uma das forças que contribuem com a luta pela concretização deste projeto. As relações sociais em que vivemos são produzidas por nós mesmos e por isso nós podemos mudá-las. Esse processo seria fácil se não houvessem os loucos que comandam o mundo, os grandes capitalistas e grandes burocracias governamentais, e seus aliados, absorvidos pelas medíocres ambições da sociedade capitalista, que provocam a miséria e fome de milhões, a destruição psíquica inclusive deles mesmos (geração Prozac), a destruição ambiental que pode se tornar irreversível, a exploração cotidiana dos trabalhadores, a repressão e coerção das instituições burocráticas, o bloqueio do desenvolvimento das capacidades intelectuais. Figuras tristes, medíocres, enlouquecidas, mas com um poder real em suas mãos e que só podem ser derrubados com a união, associação, dos trabalhadores e outros setores que são os mais atingidos e interessados na revolução proletária, na constituição de uma sociedade radicalmente diferente. O voto nulo é apenas um passo que, ao lado de outros, nos colocarão no caminho da autogestão social.

Teses Sobre Democracia, Eleições, Voto e Voto Nulo

Lucas Maia*

1

O estado é uma instituição que assegura certa estabilidade das relações de classe. Toda e qualquer sociedade de classes conta com esta instituição. A cada modo de produção, configura-se uma forma estatal determinada. O estado não é uma instituição que paira independentemente das relações econômicas que o geram. Há, deste modo, uma relação unívoca entre a instituição estatal e modo de produção. Melhor dizendo, entre estado e modo de produção há uma unidade inextrincável. Isto não implica, contudo, que a instituição estatal não tenha certa autonomia relativa em relação ao modo de produção e, portanto, aos agentes sociais diretamente envolvidos com o processo produtivo. Tal autonomia relativa expressa na verdade os interesses da classe social que o constitui: a burocracia estatal.

2

O modo de produção capitalista conta com suas próprias formas de regularização. A instituição estatal sob o capitalismo adquire uma forma capitalista de estado. Isto implica que qualquer estado (socialista, operário, comunista, popular, de esquerda, de direita etc.) que se forme sobre as bases da produção capitalista, independentemente da maneira como se autodenomine, será sempre um estado capitalista.

3

Tal como a história da humanidade já passou por vários modos de produção, também a história da sociedade capitalista já passou por vários regimes de acumulação. Nildo Viana, nos livros *Estado Democracia e Cidadania* e *O capitalismo na Era da Acumulação Integral*, define um regime de acumulação como sendo: uma forma assumida pelo processo de valorização do capital, uma forma assumida pelo estado e

uma forma assumida pelas relações capitalistas internacionais. Isto implica que a cada etapa da produção capitalista, tem-se uma configuração específica entre exploração da força de trabalho, forma estatal, que regulariza tais relações e relações internacionais, visto que desde sua origem, o capitalismo é um modo de produção expansivo. De acordo com Viana, o capitalismo passou por quatro regimes de acumulação: extensivo; intensivo; intensivo-extensivo e integral. A transformação de um regime de acumulação em outro ocorre a partir da articulação fundamental entre dois processos: a) a tendência declinante da taxa de lucro e b) a radicalização das lutas de classes, sendo que ambos se determinam mutuamente, um reforçando o outro.

Assim, temos que, durante o regime de acumulação extensivo, o processo de valorização do capital dava-se prioritariamente através da extração de mais-valia absoluta, ou seja, estendendo-se ao máximo a jornada de trabalho; a forma estatal necessária a este tipo de acumulação era o estado liberal e as relações internacionais fundavam-se no neo-colonialismo. A crise deste regime de acumulação pode ser evidenciada nas crises econômicas das décadas de 1860 e 1870, sendo a Comuna de Paris de 1871 a expressão mais radical das lutas de classes.

Este regime entra em crise nos últimos anos do século 19. Uma nova etapa se estabelece: o regime de acumulação intensivo. Caracterizado fundamentalmente, mas não unicamente, pela extração de mais-valia relativa, sendo o taylorismo sua expressão ideológica mais acabada; a forma estatal adequada a este regime foi o estado liberal-democrático; e as relações internacionais fundadas no imperialismo. As revoluções da segunda década do século 20 – Revolução Russa em sua primeira fase, as revoluções alemã, húngara, italiana etc.

entre 1918 a 1921 demonstram a radicalidade do movimento operário de então e as primeiras resistências a este regime de acumulação.

O fim da segunda guerra mundial engendra um novo regime de acumulação: o intensivo-extensivo. A valorização do capital dava-se a partir da extensão do fordismo a toda a sociedade através da extração de mais valia relativa nos países de capitalismo central e mais valia absoluta nos países de capitalismo subordinado. Isto se dá devido à expansão das multinacionais para vários territórios. A chamada industrialização dos países do que no período era chamado de terceiro mundo. A combinação deste tipo de exploração internacional, o oligopolismo transnacional, caracterizado pela extração de mais-valia nos países subordinados e sua exportação para os países imperialistas. Este tipo de relação internacional permitiu que se implantasse nos países imperialistas um estado de bem-estar-social. Esta sendo, portanto, a forma estatal deste regime de acumulação. A crise econômica mundial dos anos de 1970, bem como as lutas operárias e estudantis do período, tais como o maio de 68 francês e alemão, as a revolução dos cravos em Portugal, a primavera de Praga etc. são exemplos de radicalização internacional das lutas de classes.

A crise deste regime de acumulação engendra a fase atual do capitalismo: o regime de acumulação integral. Caracterizado por um aumento em escala mundial da extração de mais valia absoluta e relativa tanto nos países de capitalismo avançado quanto nos países de capitalismo subordinado, sendo o toyotismo sua ideologia principal. A forma estatal necessária a esta acumulação é o estado neo-liberal. As relações internacionais que se estabelecem são um aprofundamento do oligopolismo transnacional articulado com políticas internacionais neo-imperialistas por parte dos estados dos países capitalistas centrais. As crises econômicas e sociais na Argentina no final da década de 1990 e início do século 21, as lutas de classe no

Chile e México nos anos 2000, também neste período, as lutas sociais das periferias de Paris em 2005, as lutas de classe na Grécia nos dias que correm etc. só demonstram que este regime de acumulação já encontra certas resistências que o levarão a se transformar em uma nova etapa da acumulação capitalista ou ao fim mesmo do capitalismo. Novamente a expressão: Autogestão Social ou Barbárie se coloca como uma alternativa histórica.

4

A evolução do capitalismo configura a cada etapa de seu processo histórico um tipo particular de relação entre estado e sociedade civil. A transformação nos regimes de acumulação é, portanto, uma transformação nas formas como o estado se estrutura. É, desta forma, uma maneira como a instituição estatal se relaciona com o conjunto da sociedade civil. A democracia assumiu, no capitalismo, três formas históricas básicas. Desconsiderando as diferenças nacionais, tem-se que: a) a primeira forma que se apresentou a democracia burguesa é a democracia censitária ou liberal; b) a segunda é a democracia partidária liberal; c) e a terceira é a partidária burocrática. Uma descrição e análise destas formas pode ser encontrada no texto de Nildo Viana: *Estado, Democracia e Cidadania*. Não intento fazer aqui uma descrição de cada uma delas, quero tão-somente demonstrar como elas estão relacionadas com o processo global de constituição dos regimes de acumulação. Arthur Rosemberg, em seu livro: *Democracia e Socialismo*, demonstra como a idéia de democracia variou no século 19 e primeiras décadas do século 20 e como a relação entre ela e a idéia de socialismo também se transformou ao longo deste período. Ou seja, por mais que se diga que a democracia é um valor universal, ela é na verdade uma construção historicamente determinada.

Se Rosemberg identifica três ou quatro maneiras diferentes de socialismo e democracia se relacionarem no período de

alguns decênios, Viana demonstra como as mudanças nos regimes de acumulação alteram as ideologias e as práticas da democracia. Os mecanismos institucionais do capitalismo acompanham e determinam o processo global da acumulação de capital. As formas de democracia são tão somente formas adequadas a cada momento da acumulação capitalista. Lutar por mais ou por menos democracia é, portanto, lutar por uma ou outra forma de regime político adequado à acumulação de capital.

5

A democracia ou a ditadura são duas alternativas possíveis de regime político para o estado capitalista. Em momentos de ditadura aberta, deliberada, a participação restrita das classes populares nos rumos da instituição estatal é completamente vetada, participando somente o bloco dominante na política institucional. Em momentos de democracia, ou seja, de ditadura oculta, expressão cunhada por Viana, há uma certa permissividade por parte das classes dominantes (burocracia e burguesia) de participação restrita das classes trabalhadoras na política estatal (direito de voto, reconhecimento das organizações dos trabalhadores, direito de associação etc.). Entre democracia e ditadura, a rigor, só há uma diferença: na primeira, há a possibilidade de participação restrita da população nos rumos da política estatal. Na segunda, tal participação não é permitida, ficando somente as classes dominantes responsáveis pelo direcionamento da política estatal.

6

A democracia burguesa em suas diferentes formas históricas tem como elemento comum a ideologia da representação. Tal ideologia fundamenta-se no princípio geral segundo o qual os grupos, classes, indivíduos etc. devem transferir para outrem (seguintes da burocracia estatal) sua capacidade de ação política. O sufrágio, seja o censitário ou o universal, tem como elemento comum este princípio.

Afora as várias questões que os diferenciam e os separam, a ideologia da representação os unifica como um princípio fundamental da ideologia burguesa da democracia.

7

Ser representado é ser governado e ser governado, como diria Proudhon, no seu clássico *A Propriedade é um Roubo*, é:

“ (...) estar vigiado, inspecionado, espionado, dirigido, legislado, regulamentado, controlado, doutrinado, estimado, apreciado, censurado, comandado por criaturas que não tem nem o direito ou virtude para tal... Ser governado significa que a cada movimento, operação ou transação, a pessoa seja observada, registrada, fichada num censo, taxada, selada, remarcada em termos de preços, anistiada, patenteada, licenciada, autorizada, recomendada, admoestada, proibida, reformada, retificada, corrigida. Governo significa estar sujeito a tributos, ser treinado, resgatado, explorado, monopolizado, exortado, pressionado, mistificado, roubado, em nome do bem público e geral. E quando há o primeiro sinal de resistência ou questionamento, a pessoa é reprimida, multada, deportada, sacrificada, vendida, traída, e para encerrar isso é também ridicularizada, achincalhada, injuriada e desonrada. É isso que é o governo, esta é a sua justiça e sua moralidade!”

8

A sociedade capitalista é fracionada em várias classes sociais. As classes fundamentais que estruturam o modo de produção são a burguesia e o proletariado. O cerne do processo produtivo se desenvolve a partir do conflito entre ambas. O capital é, portanto, uma relação social na qual burguesia e proletariado conflitam no processo produtivo. Daí deriva o mais-valor, a acumulação de capital etc. Entretanto, seria uma simplificação grosseira considerar que a sociedade capitalista seja constituída somente por estas classes. O processo de complexificação da divisão social do trabalho aprofunda a divisão de classes.

À medida que se desenvolve o capitalismo, como modo de produção material da vida, desenvolve-se na mesma medida o conjunto de classes sociais que o compõem. Uma classe adquire um papel relevante: a burocracia. A burocracia, como classe social, é uma classe auxiliar da burguesia no processo de espoliação do proletariado e demais camadas oprimidas. Ela é inerente ao capitalismo. Todas as organizações burocráticas da sociedade moderna apresentam como conteúdo a classe social burocrática.

Assim, à medida que se expande a acumulação de capital, ou seja, que o processo de centralização e concentração de capitais se desenvolve, que o grande capital se expande etc., mais se fortalece a burocracia como classe social. A burocracia aspira ser classe dominante, mas nos termos da produção capitalista, ela consegue tão-somente ser classe auxiliar da burguesia no processo de produção social. Isto implica que ela é uma classe essencialmente conservadora. Seu ser de classe é ser direção, ser dirigente, seus objetivos históricos são o estabelecimento de um modo de produção burocrático, tal como se esboçou na União Soviética, Leste Europeu, China etc.

Em que pese a burocracia seja uma classe social coesa em termos de compromissos e objetivos históricos, ela é contudo, no capitalismo, uma classe fracionada. Isto implica que há estratos que se aproximam em modo de vida, valores, rendimentos, posição social, status etc. da burguesia e estratos que se aproximam do proletariado. Nos estratos superiores da burocracia podemos encontrar altos funcionários de empresas capitalistas (executivos), altos funcionários estatais (magistrados etc.), alta cúpula dos governos, alta cúpula dos partidos políticos burgueses etc. Como representantes dos estratos inferiores temos os partidos ditos operários, lideranças sindicais, estratos imediatamente superiores aos trabalhadores dentro das empresas capitalistas etc.

Em resumo, a burocracia, como classe social, assume várias formas: burocracia estatal, a mais numerosa e poderosa, burocracia empresarial, burocracia partidária, sindical etc.

A democracia, como forma de regime político conseguiu tão-somente fortalecer a burocracia partidária. Tanto os partidos políticos burgueses, quanto social-democratas, bolcheviques e outros são beneficiados pelo sistema democrático, visto que são regularizados, regulamentados pelo estado. Assim, o sistema democrático, ao contrário de fortalecer a autonomia operária e das demais camadas oprimidas, tão-somente intensifica o crescimento quantitativo e qualitativo da burocracia, notadamente a partidária. A democracia é, portanto, contrária aos interesses de classe do proletariado e demais camadas oprimidas da sociedade. Não estou aqui, naturalmente, defendendo a ditadura como alternativa à democracia. Só estou afirmando que ambas são contrárias à emancipação humana.

9

A democracia como regime político exige o sistema eleitoral como regras do jogo. O sistema eleitoral é um conjunto de regras, leis, normas etc. criadas e impostas pela instituição estatal com intuito de regulamentar a democracia. Disto deriva que a ação dentro do sistema eleitoral deve sempre respeitar as regras impostas e compostas pelo estado. A tese social-democrática, portanto, de se chegar ao socialismo via parlamento é completamente despropositada. Visto que ela reafirma as relações de classe, fortalecendo a burocracia como classe social. Igualmente, a estratégia bolchevique de se utilizar o parlamento como tribuna revolucionária, como espaço de propaganda é completamente enganosa.

Em primeiro lugar, no parlamento encontram-se somente as frações da classe dominante. Qual o sentido de se fazer propaganda revolucionária para as classes dominantes? Em segundo lugar, para se chegar ao parlamento, é necessário obedecer e se adequar ao sistema eleitoral. Ao

proceder assim, os partidos que se dizem operários devem respeitar, como forma de ação política, as regras impostas pelo estado capitalista. Isto implica que daí não sairá nenhuma prática ou ação revolucionária. Em terceiro lugar, ao se entrar no sistema eleitoral, fortalece-o na mesma medida. Se o objetivo de toda e qualquer prática revolucionária é eliminar a exploração e tudo o que deriva daí, tal como a instituição estatal, vê-se que a participação no sistema eleitoral é antagônica a este objetivo. O estado capitalista democrático exige o sistema eleitoral.

Participar do sistema eleitoral, mesmo que seja para “criticá-lo”, é fortalecer e justificar o estado capitalista e seu sistema de legitimação: a democracia. Em quarto lugar, é um completo contra-senso afirmar que se faz propaganda revolucionária reproduzindo práticas burguesas e burocráticas. Como imaginar que uma prática eleitoral faz o proletariado avançar, pela via da propaganda, sua consciência, se ela reafirma as práticas políticas da burguesia? Isto é equivalente a plantar trigo esperando colher milho.

10

Votar no candidato X ou Y é completamente indiferente para o proletariado no que diz respeito a seus objetivos históricos. Nos países onde o voto não é obrigatório, a abstenção é uma forma de demonstrar que a via eleitoral é contra-revolucionária. Nos países onde o voto é obrigatório (outro contra-senso, como pode o exercício da democracia ser obrigatório?), o voto nulo é a alternativa para quem quer demonstrar seu descrédito a esta forma de ação política.

Há inúmeras razões que levam um indivíduo a ser abstencionista ou votar nulo. Ele o pode fazer simplesmente por que não vê nos candidatos em questão uma boa opção. Assim, votar nulo seria uma questão de falta de opção em quem votar. Não há aqui uma crítica ao sistema eleitoral, à democracia e ao estado. Ele pode votar nulo ou se abster por considerar que é indiferente

se o candidato X ou Y ganhar. Aqui já se percebe uma certa rejeição do sistema eleitoral, mas que não é, todavia, acompanhada de uma alternativa. Uma terceira forma é a que defende a abstenção ou voto nulo partindo de uma perspectiva revolucionária. Vota-se nulo ou se abstém por que o estado e seu sistema eleitoral são recusados como estratégia de luta e ação política, afirmando-se na mesma medida outras práticas de ação política pautadas na autonomia, independência e ação direta do proletariado e demais classes e camadas oprimidas da sociedade.

11

Numa perspectiva autogestionária, o voto nulo nunca é um fim em si mesmo. Ele é sempre um meio articulado a um fim mais amplo que é a autogestão social. Isto quer dizer que vota-se nulo não por que o voto nulo terá um significado maior ou menor nas urnas. Isto é indiferente. O que é fundamental mesmo é que a divulgação da proposta de voto nulo deve ser acompanhada de um conjunto de outras alternativas de ação política. Em períodos eleitorais, a população se preocupa mais com as questões políticas, fala mais de política. Por isto, quando discussões sobre voto nulo aparecem nos períodos de eleições, a disseminação de idéias autogestionárias pode ser impulsionada. Assim, quando um indivíduo, coletivo revolucionário etc. fazem campanha pelo voto nulo, esta deve ser acompanhada de outros elementos que vão além. Propostas de auto-organização, autogestão das lutas etc. devem sempre acompanhar a proposta de votar nulo.

Numa perspectiva autogestionária, o voto nulo ou a abstenção são tão-somente uma estratégia para: a) questionar o sistema eleitoral; b) criticar o estado e a ideologia da representação; c) apresentar as propostas de auto-organização como alternativa ao parlamentarismo; d) discutir a idéia de autogestão das lutas como alternativa às organizações burocráticas (partidos, sindicatos, movimentos sociais

burocratizados etc.) e) divulgar as idéias e autores que defendem a autogestão social etc.

A via parlamentar como estratégia de luta das classes exploradas é uma completa ficção. Somente a ação direta via organizações de base (organizações por local de trabalho, moradia, estudo etc.) pode levar a uma prática efetivamente radical. Assim, qualquer estratégia que fortaleça de uma ou outra forma o estado e sua legitimação contemporânea, a democracia, deve ser totalmente rejeitada. Por isto, nos quadros de uma democracia, a única estratégia realmente radical perante o parlamento é a abstenção ou o voto nulo.

12

A revolução significa necessariamente a aniquilação da democracia. A autogestão social como conteúdo do modo de produção comunista necessariamente exclui a democracia. Democracia e autogestão são, portanto, antípodas. Uma é inversamente proporcional à outra. À medida que avança a democracia, a autogestão recua. À medida que avançam as lutas autogestionárias, recua a democracia, visto que esta é uma função direta do estado e aquelas são a negação deste. Só teremos comprovado o fim das relações de classe, portanto da exploração, quando o estado capitalista e suas formas de regime político (democracia e/ou ditadura) tiverem sido eliminados.

* Geógrafo. Professor do IFG – Campus Anápolis. Militante do Movimento Autogestionário. E-mail: maiaslucas@yahoo.com.br

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA BURGUESA, VOTO NULO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Edmilson Marques*

O objetivo deste texto é discutir a relação entre a democracia representativa burguesa, voto nulo e transformação social. Primeiramente discutiremos a questão do voto - já que este é, na sua expressão jurídica, o elemento central da democracia burguesa - e a possibilidade deste ser um meio de proporcionar mudanças na sociedade; analisaremos que mudanças são estas que podem ser provocadas através do voto; posteriormente expressaremos o que entendemos por transformação social, e finalizaremos com a análise da relação entre democracia representativa burguesa, voto nulo e transformação social.

O voto como meio de expressão da democracia burguesa surge com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante. A necessidade do capitalismo em criar mecanismos para amortecer as lutas de classes entre burguesia e proletariado leva a burguesia a buscar no estado o auxílio para esta tarefa. O estado no capitalismo, por sua vez, assume um caráter burguês, capitalista, sendo compreendido aqui como “uma relação de dominação de classe (no qual a burguesia domina as demais classes sociais) mediada pela burocracia para manter e reproduzir as relações de produção capitalistas” (Viana, 2003a, p. 31). Aqueles indivíduos que integram o estado capitalista formam uma classe, a burocracia estatal, cujo objetivo principal é auxiliar a burguesia no amortecimento das lutas de classes; criar as condições para a reprodução ampliada do capital e impedir que a luta entre classes exploradas e burguesia se torne uma luta aberta e direta. O controle e o dirigismo tornam-se a sua ação fundamental.

Em troca os capitalistas cedem parte de seus lucros para a burocracia estatal em forma de impostos. Nesse sentido, os rendimentos daqueles que estão no poder do

estado, advém da exploração que o capitalista exerce sobre os trabalhadores. A relação de exploração existente no modo de produção capitalista provoca o descontentamento do proletariado, classe explorada pela burguesia. Esse descontentamento extrapola o chão das fábricas e passa a ser expresso em todas as partes da sociedade, associando-se ao descontentamento de outras classes exploradas, ocorrendo assim, uma generalização do descontentamento social.

Diante desta situação de descontentamento, as classes exploradas iniciam o processo de auto-organização, é quando criam organizações que expressam seus próprios interesses. Ao surgirem, essas organizações se deparam com as instituições burguesas e assim, passam a estabelecer novas lutas.

O estado se impõe diante destas organizações e cria a ideia de representação política, a qual só poderá ocorrer através do próprio estado. Um conjunto de leis é criado para controlar estas organizações e legitimar a ação estatal e a partir daí qualquer organização que pretenda uma participação nas decisões sociais devem se submeter às leis do Estado. Surgem os partidos políticos. Estes, por sua vez, “são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existente” (Viana, 2003b, p. 12). Inicia-se assim o processo de divulgação ampliada da ideia da representação política. Com isso, o estado impõe suas leis e a partir daí a participação popular é resumida à escolha deste ou daquele representante que integrado a um partido político o representará nas decisões sociais.

Os partidos políticos são autorizados pelo estado para dirigir a sociedade e representar os seus interesses. O estado, portanto, controla as organizações criadas pelas classes exploradas e cria suas próprias organizações impondo-as à toda a sociedade como sendo as organizações que expressam o interesse de todos. Os interesses estatais passam a prevalecer e logo a ideia de representação política pelo partido se torna dominante. O estado, por sua vez, para ocultar o caráter estatal dos partidos políticos permite a participação popular na escolha dos representantes e o faz através do sufrágio universal.

Através do voto, a burocracia estatal legitima a ideia de que as contradições inerentes à sociedade devem ser resolvidas por quem lhe integra e não por outras organizações que não sejam aquelas autorizadas pelo estado. Os partidos políticos se tornam os responsáveis principais pela manutenção da ordem e o faz criando novas instituições. Com isso, grandes organizações partidárias vão se formando e se tornando cada vez mais distantes dos interesses das classes exploradas.

Os integrantes de partidos se tornam poderosos quando assumem o poder e vão se distanciando cada vez mais do povo. Durante uma determinada eleição, fazem o discurso que vão representar os interesses de todos, mas quando assumem o poder, tudo o que disseram é deixado de lado, e passam a representar a si mesmos, aos seus interesses e aos interesses da classe dominante. O mesmo discurso volta a aparecer nas eleições seguintes já que dependerá da vitória para continuar desfrutando dos privilégios que o poder lhe proporciona. Assim, os representantes de partidos políticos tornam-se autônomos em relação às classes exploradas e ao invés de ser o seu representante, passam a ser o seu dominante, controlando-as e decidindo a partir de suas próprias concepções sobre a vida de todos. Como coloca Tragtenberg:

Na prática, o líder partidário ordena e responde aos interesses do

grupo dirigente minoritário e não aos da base. Como profissional do partido o líder preocupa-se mais com seu trabalho do que com suas promessas. O fato de ser dirigente leva-o a afastar-se da vida cotidiana da maioria das pessoas, o que o torna “diferente”. Torna-se geralmente conservador, levando uma vida privada e desenvolvendo interesses da minoria dirigente. Esses líderes partidários, isolados nos escritórios, são facilmente corruptíveis pelos interesses das classes dominantes (Tragtenberg, 1986, p. 70).

O voto representa a chave para abrir a porta do estado e o meio para um partido se tornar o seu legítimo dirigente. O objetivo principal dos integrantes de partidos passa então a ser alcançar o poder do estado e isso se torna possível através das eleições. Por isso o voto passa a ser desejado por aqueles que integram partidos políticos. Estes estabelecem uma luta cotidiana entre si e criam estratégias para conseguir o maior número de votos possível, cuja maioria dos votos lhe garante a ascensão ao poder do estado. A corrida dos representantes de partidos para conseguir voto se dá de várias formas (compra de votos, ameaças a eleitores etc) mas a principal é através de propagandas políticas que são em sua maioria financiadas e autorizadas pelo estado, o qual busca criar meios de tornar a sua divulgação ampliada. Para isso criou leis para controlar e possibilitar o uso dos meios de comunicação para a propaganda política.

Ocorre que alguns partidos que disputam uma determinada eleição são financeiramente mais poderosos do que outros, o que lhe dá a chance de vencer a eleição já que conseguirá ampliar sua divulgação, além da possibilidade da compra de votos, questão comum que perpassa a corrupção partidária em períodos eleitorais. Os partidos, com poder financeiro menor, criam conchavos com capitalistas que financiam suas eleições. Alguns conseguem ser eleitos e acabam ficando presos aos seus financiadores, os quais passam a interferir, de forma indireta,

através do partido eleito, nas decisões do estado.

Os partidos que são derrotados numa eleição, como forma de participar do poder estatal, acabam fazendo concessões e se aliando aos partidos eleitos. Fora dos períodos eleitorais as disputas partidárias se restringem em sua maior parte aos bastidores das rinhas de partidos políticos (nas diversas expressões do parlamento). Situação que se altera quando um ou outro integrante de partido é atacado por adversários tornando público o seu envolvimento com a corrupção partidária. Em períodos eleitorais as trocas de ofensas se tornam públicas e constantes. Alguns partidos chegam a publicar questões pessoais de integrantes de partidos adversários em relação a envolvimento a corrupções etc, um meio de desqualificar o adversário, e atrair os seus eleitores.

O voto é, portanto, a expressão da democracia representativa burguesa e o meio através do qual ocorre a reprodução/legitimação do estado e de suas instituições. A participação popular na democracia representativa burguesa se limita à ação dos eleitores nas seções de votação, e apenas nos períodos eleitorais. Ao votar em um determinado partido o eleitor transfere para este o poder de decisão nas questões referentes à sociedade. Quer queira, quer não, o voto acaba sendo uma forma de legitimação do poder do estado, logo, dos interesses da burguesia pela manutenção e reprodução do capitalismo.

Em relação às mudanças que podem ocorrer através do voto, na democracia representativa burguesa, resumem-se a mudanças no interior do próprio capitalismo. Como colocamos anteriormente, a razão de ser dos partidos é o estado, e no capitalismo, o estado está de mãos dadas com a burguesia. Portanto, se alguma mudança ocorrer através da ação de algum partido, estas mudanças são na verdade adequações ou re-organização da sociedade de forma que atenda aos interesses do capital, logo, que reproduza os interesses da burguesia. Ou seja, são

reformas que não alteram a essência da relação de produção capitalista.

Contudo, algumas mudanças no modo de vida das classes dominadas podem ser percebidas, como por exemplo, uma aparente melhora em suas condições de vida, como melhorias no saneamento básico de alguns bairros de periferia etc. O estado propõe ainda ações para atender às necessidades imediatas da população empobrecida, como doações de agasalhos, alimentos, casas; construção e reformas em escolas, hospitais; abrigos para dependentes químicos; programas para a população campestre entre outras. Enfim, várias ações são realizadas em direção às classes exploradas, porém, trata-se de ações cujo interesse real é garantir votos para as eleições futuras, o que conflui com a manutenção do estado, logo, da reprodução das relações de exploração capitalistas.

Diante destas questões, é que surge a ilusão de que algum partido ou o próprio estado algum dia irão fazer alguma coisa para resolver os problemas que afligem a vida das pessoas que integram as classes exploradas. A ideia de que algum dia aparecerá um salvador que irá resolver os problemas sociais (pobreza, fome, violência etc.) se torna o motor que leva as pessoas às urnas depositar o voto num determinado candidato e à crença na democracia burguesa. Contudo, essa ilusão acaba se desfazendo com o tempo. Muitas pessoas que acompanham a história dos partidos políticos vão percebendo que em toda a sua história nenhum partido atendeu de fato aos interesses das classes exploradas. E isso ocorre porque os seus interesses divergem dos interesses das classes exploradas. Segundo Proudhon:

A burocracia pretende governar em nome das massas trabalhadoras e faz grandes esforços para criar tal ilusão; diz ter fins que correspondem às exigências e necessidades das massas, mas, de outra parte, é legítimo falar de burocracia quando o grupo de governantes em questão tem, também, os seus próprios interesses particulares, que só podem ser assegurados se, na prática, ele se desvia, constantemente,

dos princípios e dos programas publicamente enunciados (Proudhon *Apud* Motta, 1981, p. 35).

Portanto, o voto dirigido a algum partido político não provoca nenhuma mudança fundamental nas relações de produção capitalista. A sociedade fundada na relação de exploração continua existindo e o resultado de uma eleição apenas altera o partido que irá dirigir o estado. Na democracia representativa burguesa, as classes exploradas não participam das decisões sociais já que isso passa a ser tarefa do partido. Contudo, a ideologia da representação oculta a expressão real dos partidos, cuja tarefa é encontrar os meios para representar da melhor maneira possível os interesses do estado, logo, da burguesia.

Percebemos, portanto, que a ideia divulgada pelo estado de que representa os interesses de “toda” a sociedade é falsa. Na realidade, além de representar os interesses da burguesia, cria interesses próprios que no final concorda com a essência da sociedade burguesa, ou seja, com a luta de classes que se fundamenta numa relação de exploração e isso se dá porque seus rendimentos provêm da exploração que a burguesia exerce sobre os trabalhadores que lhes são repassados através de impostos.

Concluimos esta primeira parte colocando que a ideia da democracia representativa burguesa é uma ideologia que oculta o seu lado burguês e através da ideia da representação política mantém as classes dominadas com mãos e pés atados, dificultando e colocando empecilhos para que estes possam criar suas próprias organizações.

O exemplo clássico da oposição entre o interesse do estado e os interesses das classes exploradas é a Comuna de Paris de 1871. Naquela experiência, a classe trabalhadora conseguiu avançar sobre o capital e mostraram na prática a forma de organização que representa realmente os seus próprios interesses, que se deu através das comunas. Mas o estado logo se ergueu em sua frente, e pôs fim às organizações dos trabalhadores, integrando-os novamente às

relações de produção capitalista. Já a ligação histórica e clara do partido com os interesses do estado pode ser observada de forma clara desde a Revolução Russa de 1917. Durante o processo de radicalização das lutas operárias na Rússia, o partido bolchevique assume o poder dando um golpe de estado em outubro de 1917, alegando representar os interesses dos trabalhadores e afirmava ter instalado “a ditadura do proletariado”. Ocorre que ao contrário do que expressavam, haviam instalado a ditadura do próprio partido, por meio do estado, sobre a classe trabalhadora. Os meios de produção passam a ser propriedade do estado e toda organização social, distribuição da produção a ser controlada por seus dirigentes, por isso, ser denominado de *capitalismo de estado* (Makhaiski 1981; Viana 2008; Pannekoek 2007, Tragtenberg 1988). Como colocara Tragtemberg a respeito da relação do partido bolchevista com as classes exploradas na Rússia:

No real, o proletariado russo perdera o controle das fábricas, dirigidas por delegados do estado, a insurreição camponesa autogestionária da Ucrânia, que derrotara os generais Denikin e Wrangel, foi contida pelo Exército Vermelho, e a insurreição de Kronstadt, que definia um programa de objetivos socialistas e libertários, foi selvagememente reprimida pelo bolchevismo (Tragtemberg, 1988, p. 92).

Os Conselhos de Operários - organizações criadas pelos próprios trabalhadores para representarem a si mesmos – que se formaram na Rússia, foram desmantelados pelo estado o qual conseguiu instituir novamente a paz para o capitalismo, quando os trabalhadores são, à base da ditadura do partido bolchevique, integrados novamente à lógica capitalista. A partir daí a ideologia da representação burguesa se abala. Movimentos operários que tomavam a experiência dos Conselhos Operários como referência para se auto-organizarem, foram aparecendo em vários países. A máscara do estado e dos partidos políticos são arrancadas, e passam a ser

vistos como inimigos da classe trabalhadora e não mais como aqueles que representam os seus interesses.

Diante desta situação é que inicia-se a política do voto nulo. Organizações políticas que buscam romper com a ordem estabelecida pelo capitalismo criam esta forma de manifestação como meio de protestar contra a democracia representativa burguesa. Essa é uma forma de expressão política encontrada pelas classes exploradas que perpassa pelo processo da democracia burguesa, pelo processo eleitoral, porém busca neste processo a deslegitimação do poder do estado. Assim, como uma forma de garantir a expressão dentro da lógica do estado capitalista, o voto nulo possibilita àqueles cujos interesses são contrários aos interesses de integrantes de partidos políticos, do estado e do capitalismo, de expressarem o seu descontentamento com a sociedade atual.

Por outro lado, o voto nulo pode ser também uma expressão do descontentamento pessoal ou de determinado grupo, ou ainda expressão de pessoas que com o tempo superaram a ilusão nos partidos e votam nulo por não ver outra opção, outro partido que possa confiar. Agora, numa perspectiva política desejada pelas classes exploradas, o voto nulo vai além da concordância com as determinações legais impostas pelo estado. Não se trata de cancelar uma eleição ou de substituir os representantes que concorrem entre si por outros. Independente de sua procedência, se é de direita, de esquerda ou de centro, todos os partidos, enquanto organizações burocráticas, estão integrados à lógica do estado. Neste caso, trata-se de denunciar e tornar explícito o descontentamento histórico contra a exploração existente na sociedade capitalista assim como da ligação do estado e de partidos com esta exploração. Para aprofundar um pouco mais neste assunto, discutiremos brevemente a questão da transformação social.

A transformação social tornou-se o principal objetivo das classes exploradas. Uma mudança radical da sociedade torna

possível a instituição de uma organização social que represente de fato os seus interesses. Mas,

Não é qualquer tipo de organização que serve ao proletariado. Os partidos e sindicatos são a prova disto. Sempre que os trabalhadores manifestam qualquer forma de organização que saia do estrito controle destas instituições, elas fazem todo o possível para voltar à normalidade e continuar sendo dirigente dos trabalhadores (Maia, 2010, p. 102-103).

Portanto, quando se fala em mudança radical, isso quer dizer que deve-se cortar o mal pela raiz, como já aludia Marx. Nesse sentido, a transformação social almejada pela classe operária está relacionada com o modo de se produzir no capitalismo. Colocamos no início do texto que o modo de produção capitalista é uma relação de exploração. A exploração ocorre quando de um lado o proletariado produz mais-valor e de outro a burguesia se apropria deste mais-valor, de parte do trabalho realizado pela classe trabalhadora. O mais-valor torna-se assim o coração, o sangue e as pernas que sustentam o capitalismo. Quando a produção de mais-valor é interrompida ou abalada o capitalismo é colocado em xeque e suas forças começam a ruir, entrando em crise.

A interrupção da produção de mais-valor se dá a partir do momento que os produtores se apropriarem dos meios de produção e passam a utilizá-los para o bem de toda a sociedade, ou seja, produzindo e se apropriando da produção e realizando a sua distribuição. É quando percebem a força que possuem diante do capital. Quando isso ocorreu em experiências passadas de sua luta, criaram organizações que possibilitaram a distribuição da produção para toda a sociedade, iniciando assim o processo de luta contra todas as formas capitalistas de organização (propriedade privada dos meios de produção, mercado, estado etc.). Este processo colocou em xeque o próprio modo de produção capitalista, conseqüentemente, o estado, os partidos políticos, enfim, a sociedade

capitalista. E foi o que proporcionou às classes exploradas enxergarem a possibilidade de sua libertação e de toda humanidade, tornando em seu principal objetivo na luta contra o capital, a instituição da autogestão social.

Uma transformação social, portanto, como expressão dos interesses das classes exploradas, perpassa pelo modo de produção capitalista. Trata-se do fim do modo de produção capitalista e a instituição de um modo de produção não capitalista, um modo de produção gerido pelos próprios produtores. Essa transformação social será obra dos próprios trabalhadores, e não é tarefa de partido nem do estado. Com o fim do capitalismo e instituição da sociedade gerida pelos trabalhadores, todas as instituições criadas pelo capitalismo tenderão a desaparecer.

Não é possível prever as questões específicas provenientes da transformação social, mas, no essencial, é possível visualizar algumas formas que assumirá a nova sociedade. Uma vez que a sociedade na sua totalidade esteja nas mãos da classe trabalhadora, a democracia representativa burguesa será substituída pela autogestão social, e ao invés da representação política acontecer pelos partidos políticos, estes serão substituídos pelos conselhos de trabalhadores. O período eleitoral em que todos param para votar, dará lugar às reuniões cotidianas, nos locais de trabalho, de moradia, diversão etc., onde os “delegados”, os próprios trabalhadores, serão escolhidos diretamente, e aos invés de permanecerem na situação de representante por longos períodos, como ocorre na democracia burguesa com os partidos no poder do estado, estes poderão ser substituídos a qualquer momento. Esta decisão caberá aos trabalhadores nas assembleias. O estado como manutenção da sociedade de classes, dará lugar aos conselhos de operários, expressão de uma sociedade sem classes. Os Conselhos Operários constituirão, assim, na “forma de autogoverno que substituirá, no futuro, as

formas de governo do velho mundo” (Pannekoek, 2007, p. 91).

Nesse sentido, se institui a autogestão social.

Os Conselhos Operários, eleitos no lugar do trabalho. O novo caráter da democracia proletária, socialista, é representado justamente por esse seu nascimento nos lugares de produção, como democracia dos produtores. E isso não é uma criação artificial. É o caminho histórico, isto é, necessário, obrigatório, para criar a sociedade comunista, a sociedade, como diz Marx, em que “emancipado o trabalho, cada homem torna-se trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser a prerrogativa de uma classe” (Tragtenberg, 1973, p. 24-25).

A partir das questões colocadas até então, podemos finalizar essa discussão relacionando democracia representativa burguesa, voto nulo e transformação social. Como colocamos anteriormente, a democracia representativa burguesa surge com a burguesia, logo, é expressão dos interesses da própria burguesia. O voto nulo é uma alternativa criada pelas classes exploradas para deslegitimar o poder estatal, sendo por um lado uma forma de manutenção e ao mesmo tempo de sua negação. A manutenção ocorre quando aquele que foi votar errou no momento de votar, neste caso o voto é anulado, ou que votou nulo apenas por ter problemas pessoais com determinado candidato ou partido político. Nestes casos, o eleitor não almeja conscientemente uma transformação social no sentido de colocar fim à democracia burguesa, nem mesmo almeja o fim do estado e dos partidos políticos. Tanto é que alguns votam nulo em uma eleição e votam em determinado partido em outra.

O voto nulo passa a ser uma negação da democracia burguesa quando este é relacionado a uma proposta política de negação da própria democracia burguesa. Neste caso, o indivíduo utiliza os meios estabelecidos de participação na sociedade, o processo eleitoral, para demonstrar o seu descontentamento com este processo. Com isso acaba constringendo determinadas

peças a conhecerem o projeto político de transformação social das classes exploradas, e assim, abrindo a possibilidade de engrossar as fileiras de pessoas descontentes que conscientemente buscam por uma nova sociedade, fortalecendo, desta forma, a luta por uma mudança radical na sociedade junto à classe operária.

Enfim, democracia representativa burguesa e transformação social se localizam em sentidos opostos. A democracia representativa burguesa representa um instrumento do estado para a manutenção na sociedade capitalista, dos interesses burgueses, enquanto a transformação social almejada pela classe trabalhadora representa o fim do capitalismo

e o início de uma nova sociedade, a sociedade autogerida, pautada pela autogestão social. Quando se vota em algum partido político realiza-se a concordância com a manutenção da luta de classes, da exploração que a burguesia exerce sobre a classe trabalhadora e de todo descontentamento proveniente daí. Já o voto nulo vai em direção oposta, objetivando a transformação social, o fim da luta de classes, a libertação humana de todos os seus grilhões, o fim da democracia representativa burguesa.

REFERÊNCIAS

- MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas: Virtual Books, 2010.
- MAKHAISKI, Jan Waclav. *Socialismo de Estado*. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTTA, Fernando Prestes. *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Amadeu Bordiga: Conselho de Fábrica ou Partido de Classe?* In: GRAMSCI, Antônio e BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003a.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos*. Goiânia: Germinal, 2003b.

* Professor da UEG – Universidade Estadual de Goiás. E-mail: edmilsonmarx@yahoo.com.br

ELEIÇÕES, VOTO NULO E AUTOEMANCIPAÇÃO

Nildo Viana*

A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. Esta é uma das frases mais célebres de Karl Marx e sua veracidade foi provada em diversos momentos históricos e em nossa vida cotidiana. Aí está contida a ideia da autoemancipação proletária, também defendida por Bakunin, Rosa Luxemburgo, Pannekoek e vários outros pensadores revolucionários. É justamente isso que distingue o pensamento revolucionário proletário das demais formas de pensamento.

A ideia-chave é a da autoemancipação proletária. A grande questão é como se realiza esta autoemancipação. Para Marx, Rosa Luxemburgo e outros, é através da própria luta da classe proletária que se constitui o processo de autoemancipação. Para se chegar a um determinado objetivo, é necessário utilizar os meios que possibilitam chegar a ele, ou seja, é fundamental a unidade entre meios e fins, tal como destacou Rosa Luxemburgo. Isso é o que se vê no diálogo entre o Mestre Gato e Alice, em *Alice no País das Maravilhas*. Alice, diante de três estradas, pergunta:

“– Podia me dizer, por favor, qual é o caminho para sair daqui?
– Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.
– Não me importa muito onde... – disse Alice.
– Nesse caso, não importa por onde você vá – disse o Gato” (Carroll, 1984, p. 74).

Se não há objetivo, qualquer caminho serve, mas se alguém quer chegar a um lugar definido, então necessita escolher o caminho que possibilita chegar até lá. É nesse contexto que se coloca a questão da autoemancipação e dos caminhos para se chegar a ela. Ao mesmo tempo, se coloca a questão do processo eleitoral e da

participação da população no mesmo. Até que ponto as eleições podem promover uma contribuição para a emancipação humana ou para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e demais classes exploradas e grupos oprimidos. Aqui temos um caminho e todo caminho leva a algum lugar. Sendo assim, a escolha do caminho significa a escolha do lugar aonde se quer chegar e, nesse sentido, é importante discutir ao lugar que leva o caminho eleitoral. Como o caminho eleitoral parece não levar a lugar algum, então é preciso iniciar por este para depois observar qual é o caminho necessário para se chegar ao lugar que queremos, a libertação humana.

Processo Eleitoral e Luta de Classes

O processo eleitoral não é algo simples, ou seja, não é apenas o ato de votar no dia da eleição. Em primeiro lugar, o processo eleitoral é marcado por um rígido controle estatal. O estado, através da legislação eleitoral, dos procedimentos burocráticos, da interferência de suas instâncias (jurídicas, políticas, etc.) produz um conjunto de regras para o jogo eleitoral. Entre essas regras, cabe destaque ao papel mediador do partido político (Viana, 1993a; Viana, 1993b). Os partidos políticos são os meios pelos quais os indivíduos devem se submeter para lançar sua candidatura. Somente através da participação num partido político é que o indivíduo pode se lançar candidato e isso também não é algo simples, ele precisa conseguir ser escolhido para ser candidato, e, quanto mais elevado é o cargo para o qual quer se candidatar, mais difícil é e mais poder é preciso ter no interior do partido para conseguir a indicação.

Este processo parece inocente, mas nada tem de inocente. O estado

capitalista não é uma instituição neutra que visa representar ou expressar os desejos e interesses da população. Apenas nas ficções liberais isso tem sentido, mas não nas relações sociais concretas. O estado representa os interesses da classe dominante, ou seja, da classe capitalista. Também expressa, relativamente, os interesses das classes auxiliares da burguesia, especialmente da burocracia estatal, e, assim, executa o papel de reproduzir as relações de produção capitalistas.

Da mesma forma, os partidos políticos não são instituições neutras que representam o “povo” ou os trabalhadores e sim os interesses de determinadas classes sociais, fundamentalmente a classe dominante ou alguma de suas classes auxiliares, dependendo do partido (Viana, 1993a). As classes exploradas não possuem partidos políticos, pois mesmo aqueles que dizem representar os trabalhadores e/ou possuem um grande número de trabalhadores no seu interior, representam os interesses da classe que possui a direção e hegemonia no partido, geralmente a burocracia partidária e a intelectualidade.

Assim, o estado constitui e controla o processo eleitoral visando que ele sirva ao processo de reprodução das relações de produção capitalistas, e os partidos políticos fazem o mesmo, com a diferença que disputam para assumir o governo e fazer parte do bloco dominante. As lutas dos trabalhadores podem pressionar as ações estatais, mas não pode conquistá-lo e nem usá-lo como quiser, tal como afirmam alguns ideólogos, pois o estado tem, como essência, a relação de dominação, é a parte dominante de uma relação social concreta e por isso serve à classe dominante. Através do estado, no máximo se trocaria os indivíduos no governo ou a classe que domina, mas jamais seria possível a emancipação

humana ou a libertação dos trabalhadores, duas faces da mesma moeda.

Assim, tanto quem coordena o processo eleitoral como quem está na disputa, possuem o mesmo objetivo de realizar a reprodução das relações de produção capitalistas. O estado organiza o processo eleitoral através da disputa eleitoral e partidária e toda uma legislação vem para promover um processo de burocratização e manutenção dos partidos mais conservadores no poder. As exigências legais para a legalização de um partido, para que haja uma candidatura (além de ter que estar subordinada a um partido, existem critérios como idade para concorrer a determinados cargos, residência no local onde se candidata por um determinado período, etc.). Os partidos também realizam processos internos de controle e assim a burocracia partidária acaba tendo hegemonia nos partidos de esquerda e os grandes políticos profissionais ou burgueses dominam os partidos conservadores. A legislação também atinge os partidos e limita sua liberdade de ação.

Porém, o processo eleitoral ainda tem vários outros aspectos que fazem com que as eleições não levem a lugar algum. A própria eleição promove uma situação que é de reforçar as relações de produção capitalistas. Isso ocorre da seguinte forma: a organização estatal e partidária impede qualquer forma de oposição radical no processo eleitoral e, além disso, promove um processo de mistificação e de legitimação do capitalismo, por um lado, e, um processo de cooptação e corrupção, por outro. O processo de oposição radical no interior do processo eleitoral sempre foi difícil, devido ao processo de corrupção e burocratização dos partidos ligados ao movimento operário, mas com o passar do tempo, a democracia representativa se torna cada vez mais conservadora (Viana,

1993b) e cada vez mais a oposição se torna mais domesticada e sem a menor capacidade de apresentar um programa revolucionário, a não ser como mera propaganda mal feita.

O processo de mistificação ocorre com a ilusão eleitoral. A eleição é um processo no qual o eleitor escolhe no mercado eleitoral aqueles que irão governá-lo, ou seja, impor suas decisões, ao contrário do que prega a própria ideologia eleitoral, que é a falsa tese de que “o poder emana do povo”. O eleitor, ao eleger um candidato, perde todo o poder, o seu suposto poder de decisão é apenas no momento do voto, no qual escolheria os candidatos. Parafraseando Marx, quanto mais o eleitor se fia no voto, menos tem de si mesmo. Porém, uma vez eleito, o candidato passa a ter autonomia e não se submete a nenhum controle dos eleitores. De pedinte de voto passa a ser o senhor do eleitor, que passa, tão logo acabe a eleição, de senhor a servo.

A ilusão de escolha e decisão e de que isso terá algum retorno para ele ou para a população pode persistir por algum tempo, mesmo porque o ato do voto cria um vínculo psíquico entre o eleitor e o eleito, caracterizado por um processo de esperança e orgulho próprio que faz com que o votante não queira ou demore muito para admitir que o candidato que ele elegeu não realizará suas promessas, não concretizará nada que se esperava dele. O vínculo psíquico entre eleitor e eleito pode durar muito tempo e racionalizações como as de que é preciso tempo para que consiga fazer algo são comuns e mostram a dificuldade do eleitor de se desvincular do eleito. Isso reforça o efeito ilusório do processo eleitoral, que, mesmo superado, ainda é considerado como um erro momentâneo, apenas uma escolha errada e por isso ainda haverá o candidato ou partido que realizará a sua redenção ou pelo menos irá melhorar suas condições de vida.

Porém, esse vínculo psíquico não é apenas entre eleitor e candidato eleito, mas também pode se manifestar como vínculo entre grupos de eleitores, cuja crença e preferência comum criam uma comunidade ilusória e reforço recíproco, criando um círculo ilusório de crenças que muitas vezes são marcadas por uma extrema irracionalidade, assemelhando-se aos efeitos do futebol (Viana, 2010). As esperanças e crenças em determinados partidos ou candidatos podem promover uma vinculação muito forte entre setores da população e candidatos, gerando, no momento da vitória, uma pseudestesia (falsa sensação) coletiva de alegria¹, que perdura por algum tempo. Essa esperança e crença também tem uma duração mesmo depois do partido ou candidato chegar ao poder estatal ou ser eleito, quando as promessas e propostas não se concretizam e/ou se mostram insuficientes para resolver os problemas sociais mais urgentes da população. A sociabilidade capitalista e a competição promovem uma forte adesão a determinados candidatos e a vontade de sua vitória eleitoral, inclusive sendo a justificativa para a escolha do candidato, o que está na frente nas pesquisas eleitorais, o que é amplamente utilizado por várias siglas partidárias. Da mesma

¹ As raízes dessa pseudestesia se encontram na ânsia popular por mudanças, a necessidade de esperança, que todo ser humano carrega no seu íntimo e a vontade de sua materialização, se agarrando muitas vezes às ilusões e soluções fáceis, o que cria um vínculo irracional nas disputas políticas, provocando um envolvimento emocional forte que gera brigas e desentendimentos entre eleitores (tal como também ocorre com o futebol e religião, embora sob formas e razões diferenciadas). O fascismo, por exemplo, pode se beneficiar deste tipo de vínculo irracional. A sua irracionalidade está no aspecto emocional e sentimental da ligação sem qualquer coordenação mais efetiva da consciência, ou seja, de ordem racional. É por isso que é porta aberta para a violência, já que a comunicação e reflexão são interrompidas.

forma, a pseudestesia provocada pela vitória eleitoral do candidato, cria outro vínculo irracional e a fidelidade que se prolonga durante grande parte do mandato, reforçando e obliterando o senso crítico dos eleitores mais envolvidos com o processo eleitoral.

A legitimação se manifesta através das ideologias e representações ilusórias que dizem que os eleitos foram escolhidos pelo “povo” e assim não há nada a fazer, mesmo quando ocorre a decepção com os eleitos, pois somente no próximo “pleito eleitoral” é que isso poderá ser alterado. Isto ocorre desde a ideologia da “vontade geral” ou “vontade coletiva” até chegar às representações ilusórias do voto da maioria. As ações dos políticos profissionais empossados são legítimas porque foram escolhidos pelo voto popular, pela decisão da maioria. Claro que se abstrai todo o processo existente por detrás de tal “escolha”, inclusive que raramente é a maioria que escolhe, se se considerar apenas os eleitores, e nunca ocorre, se se considerar o conjunto da população, ou seja, se incluir os não-votantes (não-eleitores, abstenções, voto nulo e branco) e os que votam nos candidatos derrotados. O processo eleitoral ocorre dentro da legalidade e da vontade popular e, por isso, não pode ser questionado, o que se pode fazer é esperar a próxima eleição e os novos eleitos.

Os intelectuais cumprem um papel importante para reforçar essa legitimação através de várias ideologias e justificativas do processo eleitoral. Desde os discursos falaciosos da cidadania, da vontade popular, da democracia, até justificativas com uma percepção supostamente mais crítica da realidade, tal como aqueles que apelam para uma pretensa “ameaça fascista” para garantir a reprodução do processo eleitoral ou então o que dizem que a participação é necessária para fazer o parlamento de tribuna revolucionária, o que nunca se

efetivou concretamente em nenhum lugar do mundo.

Por fim, temos o processo de cooptação e corrupção que sempre ocorre nos processos eleitorais. Além da prática cotidiana de cooptação e corrupção realizada por governos e partidos políticos, através de cargos, favores, etc., temos também a corrupção eleitoral, tanto financeira, quanto as promessas de cargos, favores e benefícios. Os alvos principais são os indivíduos que potencialmente podem angariar mais votos, devido sua posição junto a setores da população. É isso que torna militantes estudantis, ativistas comunitários e de movimentos sociais, sindicalistas e membros de associação de bairros, entre outros, o alvo principal dos partidos e candidatos. Da mesma forma, os cooptados e corrompidos são futuros reprodutores do processo de cooptação e corrupção. O processo eleitoral é uma verdadeira escola de manipulação e corrupção e uma fábrica de políticos profissionais, quando o demônio compra sua alma com seu dinheiro sujo.

A mercantilização das relações sociais está presente nas eleições e na corrupção eleitoral. A venda do voto pode ser considerada uma “corrupção do eleitor”. A corrupção é uma relação social na qual há o corruptor e o corrompido. O corruptor é o que corrompe, suborna, oferece dinheiro em troca de algo, que, no caso, é o voto. Do lado do corruptor, há o dinheiro e o desejo de consumo da mercadoria chamada voto e do lado do corrompido, há o desejo de algo em troca, que é uma mercadoria ou a possibilidade de aquisição de mercadorias. Só existe a venda do voto por existir a oferta e a procura e, no caso, a procura precede a oferta, pois só havendo procura poderá haver oferta.

Do lado do corruptor, isso ocorre devido sua ambição e ânsia pelo poder e tudo que está relacionado a isso. Do lado

do corrompido, isso ocorre por vários motivos. O eleitor corrompido entende o ato eleitoral como sem sentido, como algo que não envolve sua vida cotidiana, que não produz mudanças. A percepção disso ocorre pela experiência cotidiana do votante, pois entra ano e sai ano, entra governo e sai governo e nada em sua vida muda. Assim, o não-significado do voto é razão para sua desvalorização cultural e que deve passar a ter alguma utilidade. Tendo em vista que vivemos numa sociedade que realiza a mercantilização das relações sociais em todos os níveis e tudo é transformado em mercadoria, o eleitor vê na proposta de venda, a efetiva oportunidade de venda, a possibilidade de ter algum retorno com o voto. Ele pode ser útil e qualquer coisa que se consiga por ele é “lucro”.

Um terceiro elemento que ajuda a explicar a venda do voto é o processo de corrupção existente na sociedade e política brasileira, desde o genérico “jeitinho brasileiro” até as diversas denúncias de corrupção tanto no poder executivo quanto no legislativo, a percepção dos políticos profissionais no Brasil é bastante negativa e muitas vezes eles são vistos como sinônimo de corruptos. Sendo a política um festival de corrupção, então vender o voto é algo dentro da normalidade política brasileira. A desilusão eleitoral é reforçada pela corrupção estatal existente.

Porém, como o voto é secreto, o que se vende, no fundo, não é o voto, mas a promessa do voto, que nem sempre se cumpre por ele ser secreto e por que alguns eleitores entendem que tal venda é um motivo para não se votar no candidato comprador de votos. Assim como o candidato corrupto promete e não cumpre, o eleitor corrompido também o faz. Porém, o elemento ativo nesse processo é o corruptor, aquele que quer comprar o voto, sem o qual a transação não ocorreria.

No entanto, o processo eleitoral não ocorre apenas através da relação entre eleitores e candidatos, ou seja, entre indivíduos, pois estes são seres humanos concretos, e por isso não é possível deixar de lado a luta de classes nesse contexto. Grande parte da população apresenta uma desilusão com as eleições e a democracia representativa, outra parte é cética, e isto é derivado, em parte, das experiências eleitorais passadas e das desilusões que lhes acompanham, e, em parte, do descontentamento oriundo de uma ampla insatisfação, inclusive de necessidades básicas, e da falta de atendimento destas necessidades, o que atinge mais o lumpemproletariado, o campesinato, o proletariado e algumas outras classes desprivilegiadas.

É por isso que o discurso eleitoral tem que produzir promessas irrealizáveis e oferecer migalhas atrativas para a parte mais descontente da população. Trata-se de uma estratégia da classe dominante ou de suas classes auxiliares para buscar atrair para seu partido a camada enorme de pessoas descontentes e desiludidas, o que é complementado com a busca de corrupção eleitoral, através de oferecimento de benefícios pessoais em troca do voto. Aqui, os elementos da sociabilidade capitalista, como a competição, mercantilização e burocratização das relações sociais (Viana, 2008), são elementos fundamentais para o sucesso da corrupção e cooptação eleitoral. A competição em torno do sucesso, *status*, poder, riqueza, numa sociedade mercantil, promove a facilidade no processo de corrupção e coloca o processo eleitoral como meio de ascensão social. Alguns indivíduos bem intencionados acabam, devido à predominância da mentalidade burocrática, aderindo aos partidos e muitos se corrompem nesse processo, outros realizam uma ruptura que pode desembocar no imobilismo ou no

ativismo antipartidário. Outros são cooptados através do emprego como cabos eleitorais e promessas de emprego permanente após as eleições, caso seu candidato ganhe, além do sonho de alguns em se tornar candidatos.

Porém, os partidos expressam as classes sociais privilegiadas e disputam entre si os cargos e a posição de governo, querendo integrar o bloco dominante. Nesse contexto, o discurso eleitoral tem o objetivo de buscar, a qualquer custo, a vitória. E para isso é preciso atingir o maior número de pessoas e interesses. Os velhos discursos sobre saúde, educação, segurança, etc., apenas revelam essa tentativa de atingir uma grande parte da população, pois essas demandas são visíveis e acessíveis pelas pesquisas de opinião. Daí também o discurso policlassista, onde a classe ou grupos específicos com interesses específicos são substituídos pelo “povo”. Daí vem outra consequência, que é a necessidade de propaganda generalizada, atingindo o maior número de pessoas e sob variadas formas, desde a propaganda eleitoral gratuita nos meios oligopolistas de comunicação até a distribuição de panfletos, santinhos, bandeiras, adesivos, e diversas outras formas. Isso tudo produz um discurso despolitizado e despolitizador, que reforça a mistificação eleitoral.

Por isso tudo, o processo eleitoral contribui com a reprodução das relações de produção capitalistas. Agora já podemos responder a pergunta inicial: para onde leva o processo eleitoral? A resposta é evidente: o caminho eleitoral leva para a reprodução das relações de produção capitalistas, a manutenção do capitalismo, o que significa a reprodução da alienação, da miséria e da desumanização. Desta forma, é impossível se pensar um caminho para a liberdade através da escravidão. A libertação não pode ocorrer via escravidão, somente através da recusa da

escravidão é que a libertação se torna uma possibilidade real. O processo eleitoral é um dos sustentáculos da escravidão moderna, da desumanização e da alienação. Por isso, é necessária a recusa do processo eleitoral, da democracia representativa, dos partidos, do estado e da mediação burocrática instituída por ele. A recusa do processo eleitoral pode se manifestar como abstencionismo ou como voto nulo². É disto que trataremos a seguir.

As Formas do Voto Nulo

O voto nulo ou a abstenção é a opção que alguns indivíduos tomam durante o processo eleitoral. Porém, não se deve pensar que o voto nulo sempre significa a mesma coisa, pois expressa práticas e concepções diferentes. Assim, é fundamental perceber que o voto nulo assume várias formas. Assim, é preciso saber que muitos votam nulo não por vontade ou opção e sim por dificuldade

² O abstencionismo era a prática mais corrente dos setores politizados e à esquerda no início do século 20 até os anos 1960. Porém, no caso brasileiro, onde o voto é obrigatório e quem não vota é penalizado, o voto nulo é a forma de ação antiparlamentar existente. Alguns pregam o abstencionismo, pensando ser assim mais radical, porém, não existe nenhuma diferença fundamental entre as duas ações. Se o voto nulo pode parecer “legitimador” por se realizar o ato do voto, embora recusando-o, o abstencionismo tende a ser desmobilizador, já que não provoca nenhum ato, nem de recusa. O voto nulo faz perder tempo, mas se for uma luta cultural, provoca reflexões e ações. O abstencionismo também pode fazê-lo, mas não tem ao seu lado a obrigatoriedade de presença numa seção eleitoral. O abstencionismo promove um total afastamento da política burguesa, enquanto que o voto nulo ainda mantém um vínculo formal. No fundo, ambos têm vantagens e desvantagens e a opção por um ou por outro, ao invés de radicalismo abstrato e rebeldia irrefletida, é mais questão de contexto e estratégia. No presente texto, como são bastante semelhantes, quando falamos de voto nulo involuntário, espontâneo, voluntário e autogestionário, isso também se aplica ao processo de abstenção e ao abstencionismo.

em votar. Esse é o *voto nulo involuntário*. É o caso daqueles que, quando a eleição era com cédula de papel, tinham dificuldades em escrever o nome/número dos candidatos ou, na urna eletrônica, dificuldade em digitar, seja por falta de habilidade com a escrita ou digitação, seja por esquecer os dados dos candidatos. Porém, o número de votos nulos derivados da inabilidade do votante é relativamente pequeno e os candidatos e governo se esforçam para criar mecanismos de treinamento e sugestões para superar este processo (tal como urnas eletrônicas e simulações de votação e propaganda em TV).

Além dessa forma de voto nulo, que é involuntária, há o *voto nulo espontâneo*. Essa forma de voto é produto da desilusão e do ceticismo perante o processo eleitoral. O votante não acredita nas eleições, nos candidatos, nos partidos. Essa descrença o faz votar nulo. Assim, o voto nulo espontâneo é um ato fundado na descrença e por isso cumpre o papel de desvincular o votante do candidato e do processo eleitoral como um todo, manifestando-se como uma recusa legítima da farsa eleitoral. Essa recusa aponta para a deslegitimação e desvinculação psíquico dos eleitores com a democracia burguesa e isso é um ponto de partida para o voto nulo engajado numa perspectiva política mais ampla e alternativa. Porém, isso é uma potencialidade que, para se efetivar, é necessário ir além e isso pode ocorrer de forma também espontânea no caso de determinados indivíduos ou de setores da população, desde que haja ascensão das lutas sociais, ou então uma ampla luta cultural que consiga realizar uma crítica da democracia burguesa e permitir uma politização mais rápida no caso de alguns indivíduos ou grupos.

O voto nulo espontâneo, portanto, é revelação da crise de legitimidade do estado capitalista e de uma politização inicial de setores da população, que traz

em si uma grande potencialidade. Aqueles que votam nulo espontaneamente possuem uma potencialidade e tendência de avançar no sentido de uma concepção mais crítica da realidade, embora a descrença também possa ser, em alguns casos, generalizada, o que dificulta a aceitação de uma proposta alternativa, o que é reforçado pela mentalidade dominante (valores, sentimentos, concepções dominantes, que ficam nos marcos da sociedade capitalista, naturalizando-a). No entanto, mesmo nestes casos, uma ampla luta cultural voltada para aprofundar a crítica da democracia burguesa e do capitalismo, por um lado, e para mostrar a necessidade e possibilidades de formas alternativas de ação política com o objetivo de transformação social, pode transformar o voto nulo efetivado por estes indivíduos em voto politizado.

O voto nulo espontâneo pode ser substituído pelo *voto nulo politizado*. Porém, este último também assume formas diferenciadas, já que sendo politizado, pode ser feito a partir das mais variadas concepções políticas. Embora seja minoritário, é possível que a insatisfação se alie a concepções pouco elaboradas, reflexões superficiais, mescla de representações ilusórias e representações verdadeiras, mentalidade dominante e cultura contestadora, unindo voto nulo e moralismo ou nacionalismo, por exemplo. Porém, isto se deve em parte ao processo geral de despolitização da sociedade capitalista, o que é corroído com a ascensão das lutas dos trabalhadores e lutas sociais em geral. Dentro do voto nulo politizado há o *voto nulo oportunista*, no qual se une recusa temporária da democracia burguesa (por impossibilidade de participação por determinados pequenos partidos ou organizações aspirantes a partido) e tentativa de recrutar militantes. No entanto, o oportunismo está apenas em quem propõe o voto nulo e não em quem

vota nulo a partir da propaganda, pois desconhece suas motivações, a não ser o vínculo com figuras ou pensadores políticos.

O voto nulo politizado é desenvolvido quando se encontra ligado a concepções políticas libertárias, embora haja muita falta de politização e equívocos também neste caso, o que é oriundo da formação cultural e política deficiente de muitos militantes ou de limites de algumas tendências que ainda se ligam a formas organizacionais ultrapassadas (anarcossindicalismo, por exemplo). Esta forma de voto nulo é a forma politizada e pode ser dividido entre *semilibertário*, devido suas limitações acima aludidas, e o *libertário*. Assim, o *voto nulo libertário* é a forma mais avançada de voto nulo quando ultrapassa os limites acima aludidos, pois não só mostra recusa e protesto contra a democracia e sociedade burguesas, como também apresenta um projeto concreto e alternativo de prática política e sociedade.

Há uma forma específica de voto nulo libertário que compartilha os princípios dele, mas que possui algumas especificidades. É o *voto nulo autogestionário*, que é uma forma de voto nulo libertário, mas que tem como diferencial determinadas propostas específicas. É justamente este voto que abordaremos a seguir.

O Voto Nulo Autogestionário

O voto nulo autogestionário é o que vincula voto nulo e autogestão social. Sem dúvida, muitas tendências anarquistas também fazem o mesmo. Porém, há algumas diferenças e isto será explicitado aqui. A ideia básica do voto nulo autogestionário é explicitado em sua própria denominação, que revela a necessidade de inseparabilidade entre meios e fins, pois autogestionário quer dizer que visa à autogestão social. Assim, se o voto é um meio para a reprodução da

sociedade capitalista, então é necessário combatê-lo. Isto se deve ao fato de que não basta garantir a correspondência entre meios e fins, é necessário evitar e combater os meios inadequados de luta e que servem para outras finalidades. Assim, o voto obrigatório e o voto válido devem ser combatidos, assim como toda concepção política que aponte para o processo eleitoral como forma de luta revolucionária. Da mesma forma, algumas formas de voto nulo devem ser superadas por outras, o que significa que a luta pelo voto nulo deve não somente ser uma forma de recusa do voto e das concepções que lhes acompanha, mas também de aprofundamento e radicalização do voto nulo em suas formas não-libertárias.

Assim, a luta pelo voto nulo autogestionário é estratégica, ou seja, tem uma finalidade imediata articulada com o objetivo final que é a autogestão social. Ela busca atingir o conjunto das classes exploradas e grupos oprimidos, bem como a todos os possíveis aliados da luta pela emancipação humana, e, no interior destes, aqueles que possuem uma posição a favor do voto nulo sob formas incipientes, visando colaborar com a superação das suas contradições. Assim, a luta pelo voto nulo assume formas mais sintéticas e de propaganda generalizada, sendo, portanto, mais simples e acessível, e formas mais elaboradas, teóricas, buscando expressar a questão da negação do processo eleitoral com a totalidade das relações sociais, o que remete para a discussão sobre estado capitalista, democracia burguesa, partidos políticos, políticos profissionais, capital eleitoral (“indústria eleitoral”), ideologia e ideologias políticas, exploração e luta de classes, etc. de forma mais aprofundada. Neste sentido, a luta pelo voto nulo numa perspectiva autogestionária aponta para a propaganda generalizada e para a elaboração teórica, sendo esta última a

fonte inspiradora da primeira, que é sua versão mais simples, sintética, acessível.

Outro elemento do voto nulo autogestionário é que não só apresenta uma concepção crítica e totalizante do processo eleitoral como também do próprio voto nulo, de seus limites e formas, ou seja, é uma proposta e prática política fundada na reflexão e não no praticismo, defendido por determinados grupos e tendências. O próprio voto nulo deve ser analisado e ver seus limites como prática e concepção, suas formas de manifestação concreta. Assim, nem todo voto nulo é relevante para uma análise política, caso, por exemplo, ele seja voluntário em grande número de casos. Da mesma forma, o voto nulo despolitizado é um potencial que precisa de se desenvolver, e a luta cultural e pelo voto nulo autogestionário tem um papel fundamental nesse processo. Assim, é necessário refletir sobre as formas e limites do voto nulo e também sobre o próprio voto nulo autogestionário, buscando analisá-lo, compreendê-lo, aperfeiçoá-lo e contribuir, assim, para que ele supere seus possíveis limites e ganhe maior eficácia.

Um terceiro elemento é que além da concepção crítica e totalizante do processo eleitoral e do caráter reflexivo sobre o voto nulo, inclusive o de caráter autogestionário, é fundamental nunca perder de vista, tanto na propaganda generalizada como na elaboração teórica, o vínculo necessário entre *voto nulo e autogestão social*. Obviamente que, no primeiro caso, isso se dá de forma precária, principalmente dependendo do material (se é um adesivo, por exemplo, não é possível aprofundamento, apenas defesa do voto nulo e vínculo com autogestão social), porém, é necessário sempre utilizar as palavras “voto nulo” e “autogestão social” juntas, pois a negação ganha explicitamente a afirmação que lhe é complementar. O voto nulo não é um objetivo em si

mesmo, nem a *luta pelo voto nulo*³. Esta última é parte de uma luta cultural e prática para deslegitimar, desmistificar, corroer o processo eleitoral no sentido de avançar a consciência revolucionária e colocar em evidência um projeto alternativo de sociedade, a autogestão social. Assim, não tem caráter apenas negativo, mas também propositivo. Não votar apenas por não votar, é algo que pode ocorrer concretamente, mas não como objetivo da luta autogestionária. Nesse caso, o vínculo entre voto nulo e autogestão social é fundamental e por isso é importante não só colocar a necessidade de práticas conjuntas ao voto nulo e alternativas (auto-organização, auto-formação), como o sentido e objetivo disso tudo, a revolução proletária, a instauração de uma sociedade radicalmente diferente, a emancipação humana. Um ato tão insignificante como o voto pode ter um significado político radical, ser um momento de colocar em discussão e reflexão a autogestão social, a emancipação humana.

Assim, o fundamental é deixar claro o vínculo entre a luta pelo voto nulo e o próprio voto nulo com a perspectiva do proletariado, a luta pela autogestão social, unindo os dois elementos com propostas práticas e reflexões críticas, pois assim a deslegitimação e desmistificação ganham maior profundidade indo além do próprio ato do voto nulo, bem como o negacionismo puro é superado por uma ação possível e projeto revolucionário.

Nesse sentido, quem opta pelo voto nulo autogestionário faz uma opção pela autoemancipação proletária e humana, ou seja, pela autogestão social. Quanto mais pessoas votarem nulo nessa perspectiva, mais pessoas conscientes estarão defendendo a autogestão social.

³ *Luta* e não “*campanha*”, que significa reproduzir a linguagem eleitoral.

O significado disso é o aumento de indivíduos e de ações a favor da autogestão, o que torna sua tendência de realização cada vez mais forte. É um passo no caminho da autogestão, embora seja no início da estrada, sem ele os passos seguintes dificilmente serão dados, pois a crença na democracia burguesa e no processo eleitoral é um obstáculo a ser superado.

A classe proletária, em seu conjunto, assim como outros setores da população, pode dar um salto e pular etapas, mas isto depende das lutas sociais. Os indivíduos isolados, no entanto, somente através da luta cultural poderiam realizar tal salto. Porém, alguns vão a passos lentos, outros saltam, mas se for na estrada certa, chega-se ao lugar desejado, a autoemancipação humana.

REFERÊNCIAS

- CARROL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*. São Paulo, Círculo do livro, 1984.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003b.
- VIANA, Nildo. *Notas Sobre o Significado Político do Futebol*. Maringá/PR, Revista Espaço Acadêmico, Ano 10, num. 111, Agosto de 2010.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia, Edições Germinal, 2003a.
- VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital. Ensaios Freudo-Marxistas*. São Paulo, Escuta, 2008.

* Professor da UFG; Doutor em Sociologia pela UnB. E-mail: nildoviana@ymail.com.br

VOTO NULO E RENASCIMENTO DA UTOPIA

André de Melo Santos*

De dois em dois anos temos no Brasil um período eleitoral, vivemos numa dita democracia em que os meios de comunicação bombardeiam a população com a necessidade de votar e bem para escolher seus ditos representantes. Ocorre que cada vez mais fica evidente que os partidos visam chegar ao poder e neste se manter e os discursos ficaram em segundo plano. Desta forma os partidos de esquerda que diziam defender os trabalhadores uma vez no poder fazem o discurso do patrão. Diante desse quadro o processo eleitoral sofre um desgaste diante da sociedade, pois está já não deposita tantas esperanças nesse processo como em tempos passados. Assim, vemos surgir movimentos alternativos que propõe uma discussão que ultrapassa os limites do processo eleitoral onde se discute as bases dessa sociedade, pela radicalidade e coerência das propostas podemos dizer que estes grupos trazem de volta o pensamento utópico.

Votar ou não votar! Eis a questão que nos é colocada a cada dois anos, ou como diz a propaganda oficial, devemos escolher bem nossos governantes, o Brasil precisa do seu voto. Todo mundo já está cansado desse sistema eleitoral, porque a cada eleição aparece um projeto de mudança, mas quando chega ao poder o partido segue o mesmo projeto que outrora criticava. Vejamos no caso do atual governo, durante o governo anterior o partido do atual foi o maior opositor, denunciava a implantação do neoliberalismo e suas conseqüências e hoje no poder deu prosseguimento a essa política, de forma dissimulada e com o discurso de manter a governabilidade. Segundo Viana (2003a), os partidos políticos são organizações burocráticas cujo objetivo é conquistar o poder estatal e assim legitimar tal luta utilizando a

ideologia da representação e, no fundo, expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classes existentes.

Não podemos esquecer que as eleições são uma parte da engrenagem da sociedade capitalista, logo as eleições servem para legitimar o sistema existente com suas contradições. A sociedade capitalista que se caracteriza fundamentalmente pela extração da mais valia em que duas classes se apresentam como as principais, a burguesia e o proletariado, e para dominar o proletariado que é a grande maioria a burguesia se utiliza de vários mecanismos e um deles é o processo eleitoral. No processo eleitoral temos os partidos de direita, que representam o capital embora tenham um discurso universal, ou seja, governam para todos – ocultando que esse “todo” se limita à burguesia – e os partidos de esquerda, que dizem defender a classe trabalhadora e uma vez no poder todos tem que rezar na cartilha do capital. Embora possa também permitir a integração de trabalhadores, mas, a questão é que ao integrar o partido vai encontrar uma organização burocratizada, além de que os políticos profissionais acabam ditando as regras e tendo mais privilégios. Além disso, uma vez no partido, o indivíduo ou segue as regras do partido, ou sai. E aqueles que continuam e conseguem a ascensão dentro do partido se aliam aos interesses dos capitalistas e continuam reproduzindo a burocratização. Aqueles que buscam criticar a posição do partido são expulsos ou marginalizados dentro do próprio partido.

O voto nulo tem por objetivo denunciar a farsa eleitoral, e ir além, e podemos indicar isto como o renascimento da utopia. O voto nulo é uma luta de diversas organizações existentes na sociedade brasileira. Estas

organizações se caracterizam por uma crítica da burocracia e de como esta domina os partidos políticos. Também retomam correntes que dentro do marxismo foram marginalizadas, mas que no conteúdo retomam as teses de Marx que segundo a qual a revolução será obra da própria classe trabalhadora e para isso não precisa da mediação de nenhum partido ou sindicato.

Assim, vemos nestes movimentos renascer o pensamento utópico, no sentido que Ernst Bloch teorizou. Segundo Bicca (1986, p-80)

Pensamento utópico como utopia concreta não almeja nenhuma distância com relação a seu objeto; muito pelo contrário: como pensamento orientado para o futuro – em vez de simples pensamentos de desejos entusiásticos – é uma busca constante de mediação com o seu conteúdo.

Desta forma, utopia concreta é uma consciência antecipadora, um querer que impulsiona o ser para o futuro e vai contra a ideologia da sociedade capitalista que desilude e a qual contribui para essa condição ruim que vivemos como algo natural.

Tem sido dito, constantemente na imprensa, expressões do tipo “as eleições não pegaram” ou “as eleições ainda não empolgaram a população”. O que os jornalistas querem dizer com isto é que a população não se interessa pelo processo eleitoral de hoje como se interessavam no passado recente, como exemplo a mobilização popular em torno das eleições de 1989. Isso acontece porque todos os partidos, inclusive os da “dita esquerda”, representam o mesmo projeto político, mesmo com as devidas maquiagens para se apresentarem como diferentes para o público. No Brasil os partidos de esquerda que tradicionalmente estiveram na oposição, tinham um discurso mais radical que pregavam mudanças profundas no Estado

para que este fosse mais justo, uma vez no poder assumiram uma postura moderada e na prática conduzem o governo com as mesmas políticas implantadas pelos anteriores. Diante disto é inevitável um clima de descrença do eleitorado, mesmo que não manifestado de forma consciente, e assim o voto nulo se apresenta como uma proposta alternativa que não se limita ao processo eleitoral e busca trazer o debate para a questão fundamental, ou seja, discutir as bases da sociedade capitalista e suas formas de dominação.

A democracia burguesa é a forma que a burguesia encontrou para reproduzir seus privilégios que são conseqüentes da exploração que mantém sobre as classes exploradas, criando mecanismos que favorecem a burocracia partidária e restringe a participação popular. Desde o fim da ditadura militar, praticamente, os principais partidos tanto de direita como de esquerda chegaram ao poder, e em razão disso surgiu uma ilusão, devido o fato de os partidos de esquerda fazerem o discurso de que defendem a classe trabalhadora e prometem uma mudança nas políticas estatais. Diante disso cria-se uma expectativa muito grande em torno desses governos. Podemos citar a euforia que foi a eleição do PT à presidência da república. Porém, como já era esperado, não mudou nada, um partido que participa do processo eleitoral é igual a todos os outros partidos, mesmo que diga ser diferente. Segundo Viana (2003 b, p-12),

Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar essa luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classes existentes.

Vejamos o que ocorre no Brasil, o governo anterior do PSDB implantou o neoliberalismo no país, este se caracteriza

por privatizações, redução de direitos trabalhistas e previdenciários, enfim criou condições para que as taxas de lucro dos capitalistas não caíssem. Isso gerou o desgaste político do governo anterior e foi o combustível para a propaganda do PT, e este, uma vez no poder deu seqüência ao projeto neoliberal, ou seja, não mudou nada.

O ponto importante desse processo foi o da unificação dos partidos de esquerda com os da direita, uma vez que os partidos de esquerda chegaram ao poder mudaram o discurso e começaram a defender bandeiras que outrora atacavam. Diante deste quadro o voto nulo se apresenta como uma alternativa, mas uma alternativa mais radical que visa questionar as bases dessa sociedade para concretamente propor uma mudança. Primeiramente, não podemos analisar o processo eleitoral isoladamente do resto da sociedade capitalista, ele é parte da engrenagem, pois, na sociedade capitalista tem os grupos de oposição

* Especialista em Ciência Política.

que buscam a transformação social, e não compactuam com o processo eleitoral, logo, não podem ser incluído neste todo. E a crítica radical favorece o renascimento de tendências de esquerda que foram marginalizadas, mas que pela sua coerência continuam vivas. Conselhistas, autogestionários e anarquistas, correntes que são contra o reformismo e o burocratismo cada vez mais ganham espaço no mundo atual.

Assim podemos dizer que temos um renascimento da utopia, no sentido que Ersnt Bloch (2005) propõe, ou seja, uma utopia concreta, um querer que impulsiona a uma transformação social ao contrário da própria ideia de utopia que existe na nossa sociedade, utópico é visto como um “sonhador” ou utopia abstrata no sentido de algo não ser realizável. Para a utopia concreta temos que buscar meios de realizar esses sonhos, e no caso da política temos que lutar, para que o sonho de uma sociedade sem exploração se torne possível.

O VOTO E AS ILUSÕES

Maurício Tragtenberg*

Há uma grande ilusão popular que o governo representativo eleito pelo sufrágio “universal” – analfabetos que constituem 50% da população não votam – seja o governo do povo ou o povo no governo. O regime representativo tem uma história que é importante conhecer para avaliar o quadro eleitoral atual no País.

No século XII as cidades libertaram-se do jugo do Senhor e “juraram” organizar-se autonomamente para defesa mútua, organização da produção e troca, durante quatro séculos são o refúgio do trabalho livre na Europa. Os comerciantes criam “conjurações” para defender-se nas cidades, independentes do Senhor, do Rei e da Igreja. Elas unem-se por um fórum, onde o povo é reunido pelo badalar dos sinos para discutir e resolver diretamente na praça seus problemas. O Senhor que inicialmente é chefe de um “bando” recebendo tributo e vendendo proteção, tornou-se Rei. O “fórum” expulsou-o e ele refugiou-se numa cidade nova. Com as guerras, vieram os exércitos permanentes, favoreceu-se a concentração do poder no Estado e as “comunas” urbanas decaíram e perderam sua autonomia. Nos séculos XIV e XV, formou o Rei o “Conselho de Nobreza” e o “Conselho do Clero” nascendo assim os parlamentos; com poder limitado: votação de créditos para guerra, dependiam de sua aprovação, diferente do poder ilimitado dos parlamentares atuais. Após o esmagamento das revoltas camponesas, com auxílio dos comerciantes concentra-se o poder do Rei, os subsídios transformam-se em impostos, a burguesia alia-se ao Rei e os camponeses são reduzidos à servidão.

A burguesia para defender-se da desobediência do povo e da recusa a

pagar impostos, na Revolução Francesa, cria a Assembléia Parlamentar, fazendo-se defensora do governo representativo, onde o povo elege seus “defensores”: é o governo por procuração. O maior dos preconceitos políticos radica na fé num governo representativo, por procuração. Sob a Monarquia ou República ele mostra apenas que o povo não se governa a si próprio. Ele é governado por representantes vinculados ao poder econômico dominante na sociedade, às “máquinas burocráticas” dos partidos políticos. No processo eleitoral o povo abdica de sua própria iniciativa colocando-a nas mãos de uma assembléia de “eleitos”. As Constituições tradicionalmente desrespeitadas são refeitas para uso de todos. Mesmo aqueles que pretendem mudar o regime de propriedade não ousam tocar no regime representativo, procuram preservar custe o que custar o governo sob procuração. O Parlamento torna-se instrumento de intrigas palacianas, enriquecimento pessoal e carreirismo político.

A liberdade real implica em não ser representado abandonando tudo aos eleitos, mas, procurar lutar socialmente por si mesmo através das coletividades organizadas a partir dos locais de trabalho.

Ação direta do povo

Muitos acham que o regime parlamentar nos deu as liberdades políticas, esquecendo que a liberdade de imprensa, reunião e associação foi arrancada no país matriz do Parlamento – Inglaterra – através de ação direta do povo. Os operários no século XIX conquistaram seu direito à greve através da ocupação das manufaturas. Derrubando as grades do Hyde Park

londrino onde era proibida sua entrada, conquistaram seu direito à palavra na rua. Atribuir aos parlamentos o que é devido à ação popular é pensar que basta existir uma Constituição para que haja liberdade e direitos respeitados.

O regime representativo introduzido na Europa pela burguesia trouxe algumas vantagens ao povo, porém, o monárquico sob os senhores feudais também o fizera, nem por isso endeusaremos a Monarquia.

O regime representativo surgiu com a burguesia e com ela desaparecerá. Qualquer governo, seja constitucional ou não, tem tendência a alargar seu Poder sobre o trabalhador e pelo Parlamento tende a legislar sobre tudo e intervir em tudo que é de sua competência ou não.

O voto universal é a aparência do governo popular; cada deputado é eleito por certo número de eleitores; o corpo eleitoral na sua totalidade não é representativo. O parlamentar para transformar um projeto em lei, tem que fazer concessões, transações, conchavos, onde as considerações clientelísticas e partidárias predominam. Os deputados, senadores ou governadores, longe do povo, acabam por aumentar seu poder, emancipando-se da dependência do povo, ou de “todo poder saído do povo” mas que a ele não volta. A política torna-se ciência oculta que o povo não entende.

Os candidatos defendem ferreamente seus programas, fa-lo-ão após eleitos?

Nesse processo político, a propaganda dos princípios é substituída pela propaganda das pessoas. O único interesse dos partidos é a vitória das candidaturas.

A ilusão eleitoral em pensar que depositando ritualmente um voto numa urna, o povo detém algum poder de decisão quando o candidato é escolhido via “compra da legenda” em dinheiro, indicação via Comissão estadual ou

federal, onde tem grande peso o “capital de relações sociais”.

A ilusão eleitoral leva o povo à inércia, ao adormecimento, esperando que alguém lute por ele. No fundo, é uma escola de conformismo social, onde confunde-se mobilização popular real partindo dos próprios interessados em defenderem suas reivindicações com arregimentação do povo em comício onde alguém indicado fala por ele.

Administradores da crise

No quadro nacional observa-se a existência do PDS e PTB como situacionistas e PMDB, PT e PDT¹ como oposicionistas.

O Partido Trabalhista Brasileiro criado por Vargas para conter o povo quando saía dos limites permissíveis estabelecidos pelo Poder, contou com forte apoio operário e forneceu a grande maioria dos “pelegos” sindicais e burocratas da Previdência Social, que infelicitam o País.

O PMDB tende a transformar-se quanto mais passa o tempo em PMDS. Isso é, em São Paulo, tenderá a definir os poderes de mando, nas mãos do “clã parental” do senador Montoro com apoio dos “quadros” do antigo Partido Democrata Cristão. Os “esquerdistas” do PMDB tenderão a se tornar marinheiros: irão ver navios.

Constituído como um conglomerado de tendências, essa grande “frente de aliança de classes” que é o

¹ Este texto foi escrito em 1982 e por isso utiliza nomes e referências da época. O partido que mais alterou seu nome foi o PDS – Partido Democrático Social, nova sigla da antiga ARENA – Aliança Renovadora Nacional, partido da ditadura militar. Uma dissidência interna criou o PFL – Partido da Frente Liberal, hoje DEM, e outra parte junta com o Partido da Democracia Cristão para formar o PPR – Partido Progressista Reformador, depois PPB – Partido Progressista Brasileiro e PP – Partido Progressista. A estratégia de mudar de nome é fundamental para apagar da memória social o vínculo com o regime militar tanto do DEM quanto do PP. (NRE).

PMDB só não implodirá após as eleições na medida em que seus governadores eleitos, tenderão nas mãos o poder de nomeação para milhares de cargos públicos.

O peso da classe média e da camada intelectual nesse processo político não é desprezível, assim, via partidária tenderão a ascender como "assessores do Rei" se constituindo em profissionais da denominação. Terão um discurso muito radical e uma prática muito medrosa.

Elegendo governadores em vários estados, o PMDB, nessa fase de crise do capitalismo mundial, elegerá os administradores da crise, que daqui a um ano ou pouco mais se verão na opção: reprimir o povo e continuar à testa do Estado ou não fazê-lo e ser deposto pelo poder federal por não ter "salvaguardado" a ordem.

O Partido dos Trabalhadores que inicialmente constituiu uma esperança de valorização da auto-organização dos mesmos, ao eleger o caminho eleitoral tende a formar, em cada trabalhador vereador, deputado ou senador, um ex-trabalhador.

Se não definir com clareza seu objetivo em termos de mudança estrutural, poderá ser cooptado pelo regime transformando-se em seu "braço esquerdo".

A eleição de Mitterrand na França e de Gonzales na Espanha mostram a tendência do capitalismo em crise, optar por solução "social-democrática" (reformular para não mudar). Isso, na França, tem levado Mitterrand a propor o congelamento de salários e realizar uma política de "austeridade", na mesma linguagem que o ministro Delfim Neto

usa aqui há anos, e economistas do PMDB propõem como "solução alternativa" para a crise: racionalização. Esse conceito pode significar para o trabalhador, a manutenção das condições terríveis de trabalho, superexploração da sua força de trabalho.

Vença quem vencer as eleições, nada muda no interior das fábricas, nos campos e nas oficinas. Nos escritórios, nos bancos, nos hospitais.

As relações hierárquicas de dominação e exploração continuarão as mesmas, só que administradas por um governo que, em "nome do povo", poderá pedir-lhe "sacrifícios" e, se for o caso, usar o aparelho repressivo do Estado como usaram-no todos que ocuparam o poder de Cabral até hoje.

Não há soluções mágicas ou milagrosas. Um bom ponto de partida é definir que só mediante a ação livre e direta de todos os assalariados, auto-organizados a partir de seus locais de trabalho, podem esperar ser ouvidos e ter um lugar ao sol. No processo de suas lutas aprenderão a conhecer-se melhor e conhecer aqueles que em seu nome querem falar. Não há vida por procuração, cada um tem que viver a sua, assim como, não há luta por procuração, cada grupo humano tem que auto-organizar-se para travar a sua luta. A união dessas lutas será mais significativa que qualquer eleição. O *Solidariedade* é o maior exemplo. O resto é literatura, e má.

Concluindo, a ilusão eleitoral faz parte da "ilusão do político" onde intelectuais e políticos tendem a crer como suas (independentes da base econômica) as metas que se propõem a si e aos outros.

* Maurício Tragtenberg (), foi professor em diversas universidades brasileiras e autor de obras como "Reflexões Sobre o Socialismo" e "Burocracia e Ideologia".

Nota: Este artigo foi publicado originalmente em *Folhetim, Folha de S. Paulo*, 14 de novembro de 1982 e por isso as referências aos partidos em voga na época e já anunciando, naquele período, o futuro do PT – Partido dos Trabalhadores.

Eleições

Amadeo Bordiga*

Nós também esperávamos, e logo se compreenderá por qual motivo, que não houvessem eleições. Mas a partir de agora é necessário abandonar toda a esperança. As eleições serão feitas. O que fará o partido comunista?

Deixando de lado todas as formas de participação que os órgãos competentes podem estabelecer, seria conveniente, de acordo com certos companheiros, esboçar esta questão: o PC deve ou não deve participar nas eleições? Do meu ponto de vista, este problema não tem razão de ser. Por razões muito claras de disciplina tática internacional, o PC deve participar e participará nas eleições¹.

Eu não quero dizer que o problema das tática eleitoral foi definitivamente resolvido no seio da Internacional Comunista pelas decisões de seu segundo Congresso. Acredito, inclusive, que nós, os abstencionistas, aumentamos em muitos partidos comunistas ocidentais. E não está excluída que a pergunta volte novamente à ordem do dia no próximo 3º Congresso. Se isto acontecesse, defenderia novamente as teses que eu apresentei no Congresso do último ano: desenvolver melhor a propaganda comunista e a preparação revolucionária nos países "democráticos" ocidentais. Os comunistas, neste período de crise revolucionária universal, deveriam NÃO

participar nas eleições. Porém, como estão em vigor as teses contrárias de Bukhárin e Lênin, para a participação nas eleições e nos parlamentos com diretrizes e finalidades antidemocráticas e anti-social-democráticas², é necessário participar sem discutir e tentar agüentar a estas regras táticas. O resultado desta ação fornecerá novos elementos para julgar se nós, os abstencionistas, estávamos enganados ou se tínhamos razão.

Certos companheiros abstencionistas — e também alguns eleitoralistas — dizem: porém, não se pode encontrar nas teses de Moscou um pretexto que permita a abstenção sem cair na indisciplina? Acima de tudo, eu respondo a isto que o abstencionismo que nós tentamos fazer passar pela porta não deveria entrar pela janela, por meio de pretextos e subterfúgios. Além disso, todas as circunstâncias desta campanha eleitoral tendem a fazer mais claro o espírito e a carta das teses de Moscou a favor da participação.

Que os companheiros releiam todos os argumentos de Lênin e de Bukhárin e eles verão que eles correspondem melhor a momentos de reação e de opressão da liberdade de movimento do partido. Que releiam os argumentos que eu apresentei e eles verão que eles se referem principalmente a situações de "democracia" e de liberdade, o que não significa que eu julgue estes argumentos como superados nas circunstâncias atuais. Quando Lênin disse "nós participamos na Duma mais reacionária", lhe respondi que o verdadeiro perigo está nos parlamentos mais liberais. Lênin está

¹ Das correntes esquerdistas, a Esquerda Comunista Italiana, de Bordiga, é a que mais concordava com o bolchevismo e foi a última a estabelecer o rompimento com ele. Isto, sem dúvida, dificultou, juntamente com inúmeros outros fatores, a união da esquerda revolucionária contra o bolchevismo, o que facilitou sua hegemonia e fragmentou o esquerdismo, tanto na Rússia quanto no resto do mundo. Mas junto com esta concordância havia muitas discordâncias que não provocavam um rompimento, devido, em parte, a esta subserviência de Bordiga às autoridades bolcheviques e sua idéia de organização, ancorada numa concepção centralista e fechada.

² Antidemocrático e anti-socialdemocrático significa, aqui, contrário à democracia burguesa (amplamente criticada por Bordiga) e contrário à social-democracia.

convencido que um partido verdadeiramente comunista pode e deve participar no Parlamento, porém admite, como eu, que nas condições de 1919 e com um partido não comunista, a participação tem um caráter contra-revolucionário.

As duas teses consideram o caso em que os partidos comunistas deveriam boicotar o parlamento e as eleições e se referem às situações "que permite o passo imediato à luta armada pela conquista do poder"³. Eu desejaria que fosse assim, porém não é este o caso hoje; não está excluído que a situação mude completamente amanhã; então não necessitaríamos de muito esforço para fazer desaparecer junto ao prédio parlamentar, os comitês eleitorais que nosso partido constituiu.

Se houvesse sido aceito as sugestões de certos companheiros de Moscou, talvez tivesse sido obtido uma "ampliação" destas exceções, que talvez poderia se aplicar hoje, embora nós nos encontremos, repito, sob condições específicas previstas por Lênin para uma participação útil. Mas eu preferi, pelo contrário, apresentar conclusões altamente divergentes. Isto teve a vantagem de nos dar diretrizes claras e sólidas e nos desembaraçarmos do argumento aborrecedor para Serrati sobre as "condições especiais". A centralização está na base de nosso método teórico e prático: sendo marxista, sou primeiramente centralista e depois abstencionista⁴.

³ Note-se que, nesta época, mesmo os bolchevistas (eleitoristas) consideravam a participação na democracia burguesa como um meio para combatê-la e não consideravam tal participação como um princípio imutável e sim uma questão tática que poderia ser reavaliada a qualquer momento. O bolchevismo, de lá para cá, se degradou cada vez mais, caminhando rumo a uma posição predominantemente reformista.

⁴ O centralismo não é uma posição marxista, tal como afirma Bordiga, e sim bolchevista. Em Marx, por exemplo, não existe nenhuma teoria da organização centralista. Isto foi desenvolvido por seus epígonos, especialmente Lênin.

Procedeu-se de um modo diferente para outras teses. Alguns pontos foram remendados para satisfazer oposições pequenas, apesar das oposições maiores de nosso grupo de abstencionistas de todo o ocidente. A razão desta aplicação um pouco abandonada da diretriz teórica a nossas teses é que não as consideram favoráveis para a efetividade e a segurança da ação revolucionária.

Os abstencionistas foram os únicos que se opuseram às teses propostas por homens cuja autoridade era e continua sendo, justamente, formidáveis, com precisas conclusões inversas. (enquanto muitos críticos de última hora, que não souberam opor qualquer coisa às conclusões contra as quais se revelaram depois, guardaram silêncio). Nós, abstencionistas, igualmente devemos dar o exemplo de disciplina, sem trapacear, sem tergiversar.

O partido comunista não tem, pois, nenhuma razão de discutir para saber se deveria participar nas eleições. Deve participar. De que forma? Isto será decidido a seu devido tempo. Com que objetivo? É o que dizem as teses de Moscou, resumidas nestas poucas palavras: Quebrar o preconceito parlamentar e receber, por conseguinte, ao invés dos votos se quer contar as batidas e coisas piores. Quebrar o preconceito socialista e voltar com inflexível intransigência nossas baterias contra o partido social-democrata.

Os abstencionistas estão a seu posto.

Texto publicado originalmente na Revista Possibilidades, Ano 01 n. 02, Out./Dez. 2004.

Tradução e Notas Críticas de Nildo Viana. <http://possibilidades.teoros.net/possibilidades2.pdf>

Publicado pela primeira vez em italiano em Il Comunista, de 14 de abril de 1921.

* Amadeo Bordiga foi um dos principais nomes da Esquerda Comunista Italiana e autor de *Propriedade e Capital*; *O Marxismo dos Gagos*; entre outros.

A Democracia

Anton Pannekoek*

A democracia foi a forma natural de organização das comunidades humanas primitivas. Reunidos em assembléias, todos os membros da tribo decidiam por si mesmos e com absoluta igualdade sobre todas as atividades comuns. O mesmo sucedeu nos primeiros desenvolvimentos da burguesia, tanto nas cidades gregas da Antiguidade como nas da Itália e Flandes, na Idade Média. A democracia não aparecia aqui como a forma de expressão de uma concepção teórica sobre a igualdade dos direitos dos seres humanos, mas como uma resposta a uma necessidade prática do sistema econômico; assim, nos grêmios, os oficiais não participavam apenas mais nesta democracia que os escravos da Antiguidade. E, pelo comum, a maior riqueza, mais influência se tinha nestas assembléias. A democracia era a forma de colaboração e autogoverno dos produtores livres e iguais, permanecendo cada um dono dos seus próprios meios de produção, de sua terra, de suas ferramentas. Em Atenas, eram assembléias regulares dos cidadãos que decidiam sobre os assuntos públicos, enquanto que as funções administrativas eram atribuídas a distintos grupos por turno ou por tempo limitado. Nas cidades medievais, os artesãos estavam organizados em grêmios e o governo da cidade, quando não estava nas mãos de famílias nobres, era exercido pelos chefes dos grêmios. No final da Idade Média, quando os mercenários dos príncipes dominaram os cidadãos armados, foram suprimidas a liberdade das cidades e a democracia que nelas reinava.

A era da democracia burguesa começou com o nascimento do capitalismo; Pelo menos, se a democracia mesma não se realizou rapidamente na

prática, sugeriram suas condições fundamentais. No sistema capitalista, todos os seres humanos são proprietários independentes de mercadorias, com o mesmo direito e a mesma liberdade para vendê-las como desejam: os proletários, sem propriedade material, possuem e vendem sua força de trabalho. As revoluções que aboliram os privilégios feudais, proclamaram a liberdade, a igualdade e o direito à propriedade. As constituições promulgadas tinham um caráter marcadamente democrático, porque a luta contra o feudalismo necessitava de forças combinadas de todos os cidadãos. Porém, as constituições aplicadas verdadeiramente eram bem diferentes; os capitalistas industriais que não eram, então, nem bastante numerosos nem bastante poderosos, temiam que as classes inferiores, a quem esmagavam através da competição e da exploração, puderam acabar por controlar a legislação. Por isso estas classes foram também privadas de direito de voto. É por isso que, durante todo o século 19, a democracia política se converteu, por sua vez, em objetivo e programa de sua ação política. Estas classes estavam apegadas à ideia – e sempre estão – de que o estabelecimento da democracia, mediante o sufrágio universal, lhes daria o poder governamental e, desse modo, seriam capazes de conter e inclusive abolir o capitalismo.

E esta campanha pela democracia foi coroada pelo êxito, segundo todas as aparências. O direito de voto se estendeu paulatinamente. Finalmente, se reconheceu o direito de voto igual para todos, homens e mulheres, nas eleições para membros dos Parlamentos em quase todos os países. É por isso que nossa

época é citada, frequentemente, como a era da Democracia. É patente, hoje, que a democracia, longe de ser um perigo ou uma fonte de debilidade para o capitalismo, é uma de suas forças.

O capitalismo está bem ajustado; uma burguesia numerosa, composta por ricos industriais e homens de negócios, domina a sociedade, na qual os trabalhadores assalariados encontraram seu lugar e se reconheceu direitos de cidadania. Todo o mundo reconhece agora que a ordem social ganha estabilidade quando todos os males, toda a miséria e todo o descontentamento que, de outro modo, poderia ser origem de revoltas, encontram um espaço regular e codificado nas críticas, acusações e protestos no Parlamento, nas lutas dos partidos políticos. Na sociedade capitalista, existe um perpétuo conflito de interesses entre as classes e os grupos sociais; no curso de seu desenvolvimento, de suas transformações constantes de estrutura, das mutações que sofre, surgem novos grupos com novos interesses que desejam ser reconhecidos. O sufrágio universal que já não está limitado artificialmente lhe serve de porta-voz. Todo grupo de defesa de novos interesses pode influir no sistema legislativo, segundo sua importância e sua força. Deste modo, a democracia parlamentar é a forma política que convém ao capitalismo, tanto no seu começo como no curso de seu desenvolvimento.

Porém, permanece o temor de ver as massas dominar e é necessário dar garantias contra todo o “mau uso” da democracia. As massas exploradas devem ter a convicção de que são donas de seu destino mediante suas cédulas de voto, de tal forma que, se não estão contentes com sua sorte, tenderão a conter-se. Porém, a estrutura do edifício político está pensada em formas que o governo por meio do povo não seja o governo pelo povo. A democracia

parlamentar não é mais que uma democracia parcial, não a democracia total.

O povo não tem poder sobre os que delegam mais que um dia a cada quatro ou cinco anos. Nestes dias de eleições, se dispara uma propaganda e uma publicidade repetitivas, lançando novos velhos “*slogans*”, fazendo novas promessas e cobrindo o todo de tal forma que apenas há lugar para um juízo crítico. Os eleitores não podem designar seus próprios porta-vozes a quem entregariam sua confiança: os candidatos são apresentados e recomendados pelos grandes partidos políticos, selecionados de fato pelos grupos dirigentes destes partidos e todo o mundo sabe que votar por um independente é perder seu voto. Os trabalhadores se adaptaram ao sistema formando seus próprios partidos – o partido social-democrata na Alemanha, o partido trabalhista na Inglaterra, que desempenham um importante papel no Parlamento e proporcionam, inclusive, em algumas ocasiões, ministros. Os parlamentares devem saber o jogo apesar de tudo. Deixadas de um lado as que lhes afetam diretamente – as leis sociais para os trabalhadores –, a maioria das questões submetidas aos deputados se referem a interesses capitalistas, problemas e dificuldades da sociedade capitalista. Eles se acostumam a ser os guardiões destes interesses e a tratar ditos problemas com a visão da sociedade existente. Convertem-se em políticos profissionais que, como os de outros partidos, formam um poder a parte, quase independente, acima do povo.

Além disso, estes Parlamentos eleitos pelo povo não tem poder total sobre o Estado. Ao seu lado e para prevenir uma excessiva influência das massas, estão outros organismos, compostos por notáveis ou aristocratas – Senado, Câmara dos Lords, Primeira Câmara, etc. – cuja aprovação é necessária para a votação das leis. E a

decisão final está principalmente nas mãos de príncipes ou presidentes, vivendo por completo no círculo dos interesses da aristocracia ou do grande Capital. São eles quem designam os ministros e secretários de Estado ou os membros dos gabinetes ministeriais que dirigem a burocracia dos funcionários, realizando estes últimos o verdadeiro trabalho. A separação entre legislativo e executivo proíbe aos parlamentares eleitos governar por si mesmos; sem dúvida, redigem as leis, porém não podem influir mais que indiretamente sobre os verdadeiros governantes, seja mediante moções de censura, seja rechaçando o pressuposto. Em teoria, a característica essencial da democracia é que o próprio povo elege os seus dirigentes. Este princípio não se realiza na democracia parlamentar. E isso é extremamente normal, pois o objetivo de dita democracia é assegurar o domínio do Capital, mantendo as massas na ilusão de quem tem que decidirem elas mesmas sua própria sorte.

Não vale a pena falar da Inglaterra, França ou Holanda como países democráticos; talvez esse termo se enquadre um pouco na Suíça. A política é o reflexo do nível alcançado pelos sentimentos e ideias do povo. No pensamento e nos sentimentos tradicionais, se encontra o espírito da desigualdade, o respeito às classes “superiores”, sejam novas ou velhas: em geral os trabalhadores estão diante do dono com o chapéu na mão. É um vestígio do feudalismo que não tenha desaparecido com a declaração formal da igualdade política e social, adaptada às novas condições de dominação de uma nova classe. A burguesia nascente não sabia como expressar seu novo poder, a não ser atuando como senhores feudais e exigindo às massas exploradas as demonstrações de respeito adequados à sua categoria. A exploração foi ainda mais irritante por esta atitude arrogante

dos capitalistas que exigiam dos explorados demonstrações externas de servidão. Também os trabalhadores deram à sua luta contra a miséria este tom mais profundo que resulta da indignação contra a humilhação da dignidade humana.

Nos Estados Unidos sucede totalmente o contrário. Ao atravessar o Atlântico se cortavam as relações com toda recordação do feudalismo. No duro combate pela vida que havia de livrar um continente em estado selvagem, cada ser humano era julgado pelo seu valor pessoal. Um sentimento burguês de amor à democracia se estendeu por todas as classes sociais da sociedade norte-americana, herança do espírito independente dos pioneiros. Este sentimento inato de igualdade não tolera nem a arrogância de nascimento nem a de categoria; conta unicamente a verdadeira força do ser humano e dos seus dólares. Suporta-se e tolera a exploração com menos desconfiança e maior boa vontade, já que esta exploração se apresenta sob formas sociais mais democráticas. A democracia americana era, pois, a base mais sólida do capitalismo e segue sendo ainda sua maior força. Os donos, os multimilionários, têm plena consciência do valor da democracia como instrumento de seu domínio e todas as forças espirituais do país contribuem ao reforço de tal sentimento. A ideia democrática domina inclusive a política colonial. A opinião pública não pode admitir a ideia de que os EUA possam dominar e escravizar raças e povos estrangeiros. Faz-se, portanto, aliado de seus governos independentes. Porém, automaticamente, a supremacia financeira todo-poderosa dos EUA faz a estes povos ainda mais dependentes do que poderia ter feito qualquer dependência formal. Por outro lado, é necessário compreender que o caráter fortemente democrático dos sentimentos e tradições populares não traz consigo,

contudo, a criação das correspondentes instituições políticas. Nos Estados Unidos, como na Europa, o sistema de governo repousa sobre uma constituição estabelecida de forma que garante o domínio de uma minoria dirigente. O Presidente dos EUA pode chegar a apertar a mão dos mais pobres, o que não impede que o Presidente e o Senado dos EUA tenham muito mais poder que o rei ou a Câmara Alta da maioria dos países europeus.

A duplicidade interna da democracia política não é um dos artifícios inventados por políticos astutos. É uma imagem das contradições internas do sistema capitalista e, por isso, uma reação instintiva a estas. O capitalismo se baseia na igualdade dos cidadãos, dos proprietários privados, livres para vender suas mercadorias: os capitalistas vendem seus produtos, os trabalhadores vendem sua força de trabalho. Porém, atuando como comerciantes livres e iguais obtêm como resultado a exploração e o antagonismo de classe: o capitalismo é o dono e explorador e o trabalhador o escravo de fato. Sem violar o princípio da igualdade jurídica, mas, pelo contrário, adequando-se ao mesmo, se obtêm como resultado uma situação que viola na realidade tal princípio. Aí que a contradição interna da produção capitalista, a que mostra que este sistema só poder ser transitório. Não há que assombrar-se de encontrar de novo a mesma contradição no âmbito político.

Os trabalhadores não poderão superar esta contradição capitalista – isto é, o fato de que de sua liberdade política surgem sua exploração e sua escravidão – enquanto não dominarem esta contradição política que é a democracia burguesa. A democracia é a ideologia que foi herdada das lutas burguesas de ontem; a estimam, como o relacionado com as ilusões da juventude. Enquanto se aferram a tais ilusões, acreditam na democracia política e retiram da mesma o

programa de sua luta, seguirão enroladas nas redes, lutando em vão para se libertar. Na luta de classes de hoje, esta ideologia é o obstáculo mais importante no caminho de sua libertação.

Quando em 1918, na Alemanha, o governo militar foi derrubado e o poder caiu nas mãos dos trabalhadores, sem ter que sofrer um poder estatal, se encontraram livres para edificar sua própria organização social. Surgiram por toda parte Conselhos operários, Conselhos de soldados; estes Conselhos eram produto, em parte, de uma instituição nascida das necessidades e, em parte, do exemplo russo. Porém, esta ação espontânea não correspondia ao que pensavam em teoria os trabalhadores, impregnados por completo da teoria democrática durante anos e anos de propaganda social-democrata. E os chefes políticos puseram todo seu empenho em voltar a impor essa teoria. A democracia política é o elemento que estes chefes se sentem como peixe em água, na qual podem participar na direção dos assuntos como porta-vozes da classe operária, na qual podem discutir e opor-se aos seus adversários no seio do parlamento, ou em torno de uma mesa de conferências. O que estes chefes aspiravam não era o controle da produção pelos trabalhadores e a expropriação ou despojo legal dos capitalistas, mas sim por colocarem-se, eles mesmos, na frente do Estado e da sociedade, a substituir aos funcionários aristocratas e capitalistas. Também, de acordo com toda a burguesia, lançaram como bandeira a “*convocatória de ma nova Assembleia Nacional para promulgar uma nova Constituição democrática*”. Contra os grupos revolucionários que propunham a organização em conselhos e falavam de ditadura do proletariado, eles falavam de igualdade jurídica de todos os cidadãos, igualdade que apresentavam como resposta a uma simples exigência de justiça. Por outro lado, se os

trabalhadores resistiam, sempre se pode incluir os Conselhos na nova Constituição e dar-lhes assim um estatuto legal reconhecido. A massa de trabalhadores vacilou, desde então, entre bandeiras opostas; impregnados de ideias democráticas burguesas, os operários não ofereceram nenhuma resistência. Com a eleição e reunião da Assembleia Nacional de Weimar, a burguesia alemã obteve um novo ponto de apoio, um centro de decisão, um Governo estabelecido. Assim se iniciou o curso dos acontecimentos que ia conduzir à vitória do nazismo.

A guerra civil espanhola teve um desenvolvimento análogo, se bem que em menor escala. Na cidade industrial de Barcelona, os operários, ao ter notícia da rebelião dos generais, assaltaram os quartéis, decidiram os soldados a passar para seu lado e tomaram o controle da cidade. Seus grupos armados, donos da rua, velavam pela manutenção da ordem e suprimimento e enquanto que as principais fábricas continuavam funcionando sob a direção dos sindicatos, prosseguiram a guerra contra os exércitos fascistas nas províncias vizinhas. No entanto, seus dirigentes passaram a formar parte do Governo da República Democrática da Catalunha, composta por republicanos pequeno-burgueses em coalizão com políticos socialistas e comunistas. Isto queria dizer que os trabalhadores, em vez de lutar por sua classe, deviam combater pela causa comum e alinhar-se com ela. Debilitada por ilusões democráticas e querelas intestinais, sua resistência foi substituída pelas tropas do Governo catalão. E seguidamente, como que para simbolizar o restabelecimento da ordem burguesa, se podia ver como a polícia a cavalo, como noutra época, cavalgava contra as mulheres dos operários que iam guardar fila diante das padarias. Uma vez mais, a classe operária era vencida; havia encerrado a primeira etapa no caminho

que ia conduzir à queda da República e a instauração da ditadura militar.

Em época de crise social ou de revolução política, quando o governo se afunda, o poder cai nas mãos das massas operárias; se apresenta então um problema para a classe possuidora e para o capitalismo: como fazer para arrancá-lo? Assim ocorreu no passado, assim se corre o perigo de que se suceda no futuro. A democracia é o meio, o instrumento adequado para persuadir as massas para abandonarem o poder. Se se coloca na frente à igualdade formal, a igualdade diante da Lei, para convencer aos trabalhadores que renunciem ao poder e permitir que seus órgãos de governo sejam colocados dentro do Estado, isto é, deixar que se convertam em órgãos subordinados a outros.

Os operários só possuem uma arma contra tudo isto: *alimentar em si mesmos a convicção profunda de que a organização em Conselhos representa uma forma de igualdade superior e mais perfeita*. Não é a forma de igualdade adaptada a uma sociedade na qual a produção e a existência humana são dirigidas de maneira consciente? Pode-se perguntar se o termo *democracia* é adequado, pois *cracia* indica um domínio pela força que, neste caso, não existe. Se os indivíduos devem adaptar-se ao conjunto, não há, portanto, governo sobre o povo: *o povo mesmo é o governo*. A organização em conselhos é o único meio pelo qual a humanidade trabalhadora organiza suas atividades vitais, sem que tenha necessidade de um *Governo* para dirigi-la. Se se quer permanecer verdadeiramente unido ao valor emocional que leva consigo desde há muito tempo a palavra *democracia*, se pode dizer que a organização em Conselhos representa a mais elevada forma de *democracia*, a verdadeira *democracia do trabalho*. A *democracia política, burguesa*, não pode ser, no melhor dos casos, mais que formal:

fornece a cada um os mesmos direitos legais, porém não se preocupa em saber se disso resulta algum tipo de segurança na vida, porque não se ocupa nem da vida econômica nem da produção. O trabalhador tem este direito de vender sua força de trabalho, porém não está seguro de consegui-lo. A democracia dos conselhos, pelo contrário, é uma verdadeira democracia, posto que assegura a subsistência de todos os produtores que colaboram entre si enquanto donos livres e iguais de suas fontes de vida. De nada serve esperar leis que garantiriam a todos o direito efetivo de participar, nos fatos, nas tomadas de decisão; neste terreno, a igualdade real não se verá nos fatos mais que o dia em que o trabalho, em todas suas formas, seja organizado pelos próprios trabalhadores. Os parasitas que não participam na produção se excluem por si mesmos automaticamente de toda a participação nas decisões; porém, este fato não pode ser considerado como uma falta de democracia: não é sua pessoa, mas sua função que os haverá excluída destas decisões.

Com freqüência se escuta dizer que o mundo moderno se encontra frente a um dilema fundamental: *democracia ou ditadura?* Para acabar dizendo que a classe operária deve apoiar com todas as suas forças a causa da democracia. Na realidade, esta alternativa oculta uma cisão entre grupos capitalistas, segundo a resposta que dão a seguinte pergunta: *é melhor preservar o sistema mediante uma farsa democrática* – isto é, seguir a via “suave” – ou mediante uma obrigação ditatorial – isto é, escolher a via dura –? É o problema de sempre: *qual é o melhor método para impedir que os escravos se libertem, o paternalismo ou o terror?* Se forem consultados sobre isso, ninguém duvidaria de que os escravos diriam que preferem ser tratados com benevolência, melhor que com ferocidade; se permitem que se abuse deles, até o ponto de

confundir a via “suave” com a da *liberdade*, renunciam ao mesmo tempo à sua emancipação. Em nossa época, o dilema se coloca nestes termos no que concerne à classe operária: *ou a organização dos Conselhos, a democracia dos trabalhadores, ou a democracia do direito formal, a democracia falaz e aparente da burguesia.* Proclamando a democracia dos conselhos, os operários transformam a luta da forma política ao plano econômico. Ou, mais exatamente – já que a política não é mais que a forma e o instrumento do econômico – substituem as fórmulas vazias com a ação política revolucionária, a tomada dos meios de produção. O vocábulo *democracia política* serve para desviar os operários de seu verdadeiro objetivo. Só preocupando-se em concretizar na prática o princípio da organização em Conselhos, os trabalhadores resolverão o grande problema.

Tradução de Nildo Viana.

Este texto é o Capítulo 4, da parte 3 – *O Pensamento*, do livro *Os Conselhos Operários*, de Anton Pannekoek, publicado em 1946.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MOVAUT

NOTA EXPLICATIVA:

O texto a seguir é um documento histórico do Movaut, quando ainda se chamava Movimento Conselhistas, sendo, portanto, um texto datado e que traz as marcas da época, expressa na escrita nas condições sociais e históricas de quem escreveu. Reproduzimos o texto fielmente, sem nenhuma alteração de conteúdo, apenas de digitação (de “datilografia”, devido à época) e redação. Apesar de algumas das teses e concepções apresentadas, inclusive a linguagem, ter sido superada pelo desenvolvimento das reflexões e produção do coletivo, no geral e no conteúdo mantém atualidade e deveria avançar no sentido de atualizar a crítica endereçada ao PT – Partido dos Trabalhadores, bem como mostrar sua evolução posterior, na qual acabou aderindo ao neoliberalismo numa versão petista. Devido sua importância histórica e atualidade de alguns de seus elementos, rerepresentamos aqui este texto, produzido e distribuído no ano de 1992.

Porém, é necessário fazer alguns esclarecimentos sobre o texto. A simples leitura do texto não permite entender a lógica de sua produção. O texto foi produzido em 1992 nas vésperas do I Congresso do PT – Partido dos Trabalhadores, no qual várias tendências iriam se digladiar.

O Movaut, na época, se chamava Movimento Conselhistas. Sua formação se iniciou em 1989, com o nome Liga Spartacus e com seis integrantes, sem se assumir publicamente como um coletivo. Depois, mudou para o nome Movimento Conselhistas e entre sua atuação, que ocorria no movimento estudantil universitário e secundarista, movimento negro e em menor grau em outras instâncias, resolveu-se atuar dentro do PT – Partido dos Trabalhadores, utilizando a estratégia da *entrismo*.

Porém, não se tratava do entrismo no sentido trotskista, que significa entrada do conjunto de militantes de agrupamentos trotskistas dentro de determinado partido (especialmente os social-democratas) visando transformá-los em partidos

revolucionários ou então criar uma força interna para formar fora do mesmo um partido trotskista. Também não é o entrismo da Análise Institucional, de Georges Lapassade e outros, que adentram em instituições para transformá-las.

O entrismo, tal como pensado na época, significa a entrada de alguns militantes do Movimento Conselhistas visando aglutinar os setores descontentes do partido e chamá-los para a ruptura com o mesmo, ou seja, nem se pretendia ficar, reformar, transformar, o PT e nem se pretendia formar outro partido ou muito menos se diluir nele. Em 1990 foi iniciada essa estratégia e em 1992, depois dos poucos resultados, foi decidido abandoná-la e daí o texto a seguir, cujo objetivo era a última tentativa de aglutinar os setores descontentes do partido numa alternativa revolucionária.

A proposta que consta no final do texto, de destruição do PT e formação de uma “Federação de Movimentos” (que em 1994 se esboçou com a Frente Revolucionária que logo descambou para o novo reformismo trotskista do PSTU), não era nenhuma ilusão (obviamente que era uma proposta irrealizável pela burocracia partidária petista) e sim apenas uma forma de se inserir no debate (simplesmente dizer que está saindo sem propor nada não aglutinaria ninguém) e buscar aglutinar os setores mais radicais e descontentes.

Assim, o documento mantém alguns elementos atuais, incluindo a breve história do PT, que deveria hoje ser acrescentada sua evolução posterior, tornando-se neoliberal a partir de sua chegada ao governo. Porém, a ideia de que o PT só se tornou um partido conservador nessa época não se sustenta, tal como afirma os seus dissidentes moderados e reformistas do PSOL. A análise está correta e as previsões se confirmaram (como mais tarde ocorreria com a Frente Revolucionária). Logo, o texto mantém seu interesse e atualidade.

O PT, o Congresso e o Neopopulismo

Consideramos que um partido político de esquerda deve ser aberto às mais variadas posições e que estas possam ser expressas publicamente. Por isso, nós que estamos organizando uma nova tendência no PT – o Movimento Conselhistas – estamos colocando nossas opiniões sobre diversos assuntos que são vitais para o Partido dos Trabalhadores, a saber: os rumos do PT, o I Congresso, a organização partidária.

Breve história do PT

A época da ditadura militar caracterizou-se pela inexistência de organizações populares de massas instituídas legalmente. No final da década de 1970 explode uma intensa mobilização de massas que ameaça o regime militar. As greves operárias e o surgimento dos conselhos de fábricas e outras organizações de massas colocam à burguesia uma necessidade inadiável de controlar as ações de massas. É neste momento que velhas e novas figuras entram em cena na política brasileira e apoiando-se no movimento de massas lançam a discussão sobre a formação de um partido dos trabalhadores. Os próprios trabalhadores já discutem essa possibilidade e junto com algumas tendências políticas, setores da Igreja, etc. formam o PT.

A burguesia procurava controlar as ações de massas apelando para a institucionalização das lutas de classes, a ser integrada na democracia burguesa (foi implantado um novo sistema partidário rompendo com o bipartidarismo). O PT, nessa época, vivia o clima do “novo sindicalismo” (os “combativos”), o clima da intelectualidade de “esquerda”, dos militantes radicais, da Igreja progressista, etc. Assim, sua linha política baseava-se numa salada de posições que levavam ao predomínio, no partido, da posição que

podemos denominar *social-democrata de esquerda* (o que não quer dizer socialista).

A participação e convivência do partido junto à democracia burguesa, aliado ao seu crescimento numérico, não comprometeu sua posição política social-democrata de esquerda até 1985. É a partir desse ano que o partido conquista algumas vitórias eleitorais e assume uma nova posição política, agora *social-democrata de centro*. Continua o crescimento quantitativo do partido e a burocratização assume proporções cada vez maiores. A acomodação do movimento de massas e a integração na democracia burguesa caminham juntas. A burocratização vem acompanhada pelo oportunismo e carreirismo. A luta pela ascensão social dentro do partido ou através dele passa a ser comum.

É a partir da crise do Leste Europeu e do sucesso eleitoral relativo, em 1989 que o partido assume a feição do *Social-Democrata de Direita*. A burocratização crescente e o crescimento eleitoral, com o reforço inegável da crise do capitalismo de estado da URSS – que servia de matriz para as “esquerdas” jacobinas do partido –, criou uma situação favorável à ofensiva das posições direitistas no partido (reforçadas pela ofensiva externa da burguesia) revestidas de antimarxismo. Passa-se a pregar o fim do marxismo, das lutas de classes e apela-se para a transição gradual para o (pseudo) – socialismo democrático.

A história do PT pode ser assim resumida: das origens de massas à crise da burocracia. Os grandes “caciques” dominam o partido e afastam as bases. Ocorre – graças ao eleitoralismo oportunista, carreirismo, direitismo, burocratismo – uma deterioração moral do partido. Os militantes que lutavam por uma nova sociedade não possuem mais

nenhum motivo para prosseguir sua luta: o partido pretende conservar esta sociedade e não criar uma nova.

O PT atual:

A imagem do neopopulismo

O PT com seu crescimento quantitativo de militantes e com crescimento eleitoral, que o tornava mais atraente para os carreiristas políticos, tornou-se cada vez mais burocrático e eleitoralista. Se desde seu surgimento agrupava indivíduos de diversas classes sociais, a partir deste crescimento o seu caráter interclassista assumiu uma aparência cada vez mais típica das classes médias: pequeno-burgueses, intelectuais burocratas em geral, etc. se o peso quantitativo das classes médias aumentou, o peso qualitativo aumentou muito mais. A direção do partido e a posição política se tornaram a imagem das classes médias. O aburguesamento de indivíduos provenientes da classe operária que dão origem à “aristocracia operária” – expressa na burocracia sindical e partidária – proporciona o predomínio completo das classes médias.

As classes médias em períodos não-revolucionários (com exceção dos seus elementos jacobinos) se caracterizam pela ambigüidade: procuram conciliar os interesses da burguesia com os do proletariado. Isto, ao mesmo tempo, lhe traz benefícios diretos, enquanto classe. O populismo também se caracteriza pela ambigüidade: é um discurso para as massas, mas que expressa os interesses de classe da burguesia. As condições histórico-sociais da sociedade brasileira uniram a social-democracia e o populismo criando um neopopulismo. Em 1989, o cientista político Luís Alfredo Galvão corretamente afirmou em relação à “esquerda petista” que ela representava uma nova forma de populismo: “o socialismo transformado em política social, os revolucionários em assistentes

sociais e a social-democracia em social-populismo”

O neopopulismo petista está expresso nas suas propostas políticas. Basta um exemplo: “crescimento econômico com distribuição de renda”. Como se isso fosse possível em uma sociedade capitalista! O crescimento econômico capitalista se baseia no aumento da exploração da classe trabalhadora e isto, obviamente, leva à uma maior concentração de renda. Mas os neopopulistas querem nos iludir com um discurso que é impossível colocar em prática.

O PT e o Congresso

O Congresso do PT irá tratar de temas importantíssimos para o futuro do partido: concepção de socialismo, a organização partidária, estratégia política, etc. Entretanto, o Congresso já foi decidido antes de ter se iniciado. As cartas estão marcadas, as apostas já foram feitas, o resultado já sabemos. Mesmo assim, colocaremos nossa opinião à respeito de alguns temas polêmicos.

A concepção de socialismo que será aprovada no Congresso é na verdade, o projeto de uma sociedade burguesa reformada, bem ao estilo neopopulista. Nós consideramos que o conteúdo do comunismo é a autogestão. Portanto, o Congresso do PT irá simplesmente negar o projeto comunista, ou seja, autogestionário. A “livre associação dos produtores” proposta por Marx é substituída pela “livre exploração e opressão dos capitalistas sobre os trabalhadores”.

O Congresso do PT também poderá aprovar a proposta sobre o fim das tendências. Essa proposta atende aos interesses da burocracia partidária e das correntes direitistas do partido (articulação, nova “esquerda”, vertente socialista, etc.). Um partido que se diz de esquerda deveria pelo menos manter a

democracia interna, o que implica na manutenção das tendências no partido.

A estratégia política que será aprovada no Congresso se baseia no reformismo. Isto implica a luta puramente eleitoral e reivindicativa nos limites permitidos pela sociedade burguesa. Acontece que o socialismo não poderá ser conquistado através da democracia burguesa ou das lutas puramente reivindicativas. A construção de uma nova sociedade só pode ocorrer através da ruptura revolucionária.

Por uma alternativa revolucionária

O PT como organização e com sua atual composição social, ou seja, como organização burocrática e instituição interclassista, é simplesmente irreformável. A única solução possível é sua destruição e, ao mesmo tempo, reconstrução. Essa reconstrução deve criar um perfil de classe na sua composição social (sem obreirismo) e uma organização não-burocrática. É preciso ter consciência que os reformistas e oportunistas de hoje, juntamente com os intelectuais positivistas, não irão mudar seus valores, sua visão de mundo, etc. só por causa dos nossos discursos e teorias. Isto pode ocorrer em um ou outro caso individual isolado. A formação de uma organização revolucionária é, obviamente, excludente: deve-se excluir a burocracia partidária (o que será realizado com o fim da burocracia como organização), os carreiristas e oportunistas eleitores (o que acontecerá a partir de uma nova relação, agora revolucionária com a democracia burguesa), etc.

Mas não é suficiente alterar a composição social do partido. Se este mantiver a mesma estrutura organizativa tudo voltará a ser como antes. *Portanto, é necessário construir um partido que já não é um partido político propriamente dito.* Tal concepção aponta para um partido compreendido como uma

“Federação de Movimentos”. Mantêm-se um partido formal e fictício, para cumprir as exigências legais do sistema jurídico burguês, mas cria-se, ao seu lado, um partido real, existente na prática, desburocratizado e de caráter classista e revolucionário. Portanto, para o PT se coloca a mesma opção que está colocada para a sociedade: *socialismo ou barbárie.*

Assinam:

Nildo Silva Viana – Militante PT – Goiás

Cleito Pereira dos Santos – Militante PT-Goiás

Cleiginaldo Pereira – Estudante

Edmilson Borges – Militante PT - Distrito Federal

Vanderlei Azevedo – Estudante

